

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 25 de julho de 2022 - Ata n.º 72.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Boca Aberta Junior** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **72.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Deputado Boca Aberta Junior que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Boca Aberta Junior – PROS): Boa tarde, Sr. Presidente e todos os Deputados. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 71, de 19 de julho de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Sr. 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, sim, há expediente a ser lido e me permita fazê-lo.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 373/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 87/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.157; **Ofício n.º 375/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 608/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.160; **Ofício n.º 374/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 578/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.159; **Ofício n.º 372/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 375/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.158; **Ofício n.º 370/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 199/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.155; **Ofício n.º 371/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 262/2019, sendo convertido na Lei n.º 21.156; Ofício n.º 2204/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2211/2022, do Deputado Boca Aberta Junior; Ofício n.º 2205/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional ao Requerimento n.º 7245/2021, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 2210/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1412/2022, do Deputado Professor Lemos; Ofício n.º 2203/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional ao Requerimento n.º 7247/2021, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 2209/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 446/2022, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 2206/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1986/2022, da Deputada Mabel Canto; Ofício n.º 2207/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 478/2022, do Deputado Homero Marchese; Ofício n.º 23/2022 do Deputado Galo, encaminhando relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Ong's, aprovado na reunião da CPI no dia 11 de julho de 2022, nos termos do art. 72 do Regimento

Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Ofício n.º 2208/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 1138/2022, da Deputada Luciana Rafagnin; Ofício n.º 2231/2022 da Casa Civil, encaminhando informações sobre as licitações promovidas no âmbito da Copel, em junho de 2022. Era o que tínhamos para o presente momento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Primeiro orador inscrito, pelo PROS, Deputado Soldado Fruet.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.ºs Deputados: Soldado Fruet; Nelson Luersen; Luciana Rafagnin; e Professor Lemos.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.ºs e Sr.ºs Deputados, amigos que nos acompanham pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais. Não quero ser repetitivo, Sr. Presidente, mas o assunto que me traz aqui hoje é novamente Copel e Sanepar. Mas hoje vamos falar exatamente mais da Sanepar. Mas essas duas empresas, Sr. Presidente, da qual o Estado detém o controle acionário, e o Governador detém, sim, o poder de nomear todas as diretorias e a maioria dos Conselheiros da Administração, essas empresas visam tão somente lucro e os repasses desses lucros aos grandes acionistas. Sempre disse que essas empresas, tanto a Copel como a Sanepar, há muito tempo vêm trabalhando contra os paranaenses. Com relação especificamente à Sanepar, a qual disse, tenho defendido que de imediato acabem com essa tal dessa maldita tarifa mínima, que é, sim, no Estado do Paraná, além do pedágio, essa tarifa mínima é um roubo legalizado. É um contrassenso pedir que a população paranaense economize no seu consumo de água, mas as empresas continuem cobrando como se não existisse economia. Que vantagem tem o povo paranaense em economizar água? Qual vantagem? Nenhuma. A vantagem é somente para a Sanepar e esses bilionários acionistas que gastam menos e ganham mais. Na última semana o jornal *Gazeta do Povo* trouxe uma matéria sobre contratos de concessão de Maringá, onde o Prefeito, com a coragem e bom senso, decidiu pela não renovação do contrato. Na mesma matéria, o jornal cita dois casos de cidades que utilizam os serviços próprios de água e esgoto, ou seja, é a Prefeitura que

cuida, mas fizemos um rápido levantamento, Sr. Presidente, e descobrimos que 54 municípios paranaenses não têm mais contrato com a Sanepar. Quero registrar aqui os meus parabéns aos Prefeitos que tiveram coragem de romper esse contrato, pois, ao fazerem isso, priorizaram a sua população e não esses acionistas da Sanepar, ou as vontades do Governador de prestigiar diretores de empresas, como os da Copel, por exemplo, que têm salários milionários. Apenas para exemplificar e justificar os motivos pelos quais luto, sim, pela tarifa mínima de água, além, claro, de cobranças justas de se pagar pelo o que se usa, a minha luta é porque a Sanepar cobra R\$ 45,25 por cinco metros cúbicos de água, que na realidade, Sr. Presidente, essa aí é a tal da tarifa mínima, que se você vir, em média, é R\$ 9,05 por metro cúbico que os paranaenses pagam à Sanepar. Já dentre esses municípios que citei e mais alguns que abandonaram a Sanepar, a tarifa média por metro cúbico é de R\$ 2,60. Em Paranaguá, por exemplo, a tarifa média é de R\$ 2,50. Sarandi, média de tarifa mínima lá é de R\$ 2,30. E a região Oeste do Paraná, a qual quero aqui que alguns Prefeitos peguem exemplo, lá de Marechal Cândido Rondon, que é a terra do nosso querido aqui Elio Rusch, a tarifa é de R\$ 3,07. Os paranaenses que utilizam o serviço da Sanepar pagam até quatro vezes mais do que aqueles cujas cidades têm sistema próprio de abastecimento. A Sanepar precisa acabar imediatamente com esse roubo legalizado, com essa tarifa mínima e praticar preço justo, olhando à sua função essencial e social, priorizando os paranaenses e não esses acionistas. Aos Sr.^s Prefeitos e Sr.^{as} Prefeitas do Paraná, abram o olho para esses contratos com a Sanepar. Olhem, senhores e senhoras, para o povo e não para a Sanepar. Aos Prefeitos e Prefeitas do Oeste, sigam o exemplo de Marechal Cândido Rondon, especificamente ao Prefeito Chico Brasileiro, o qual me dirijo aqui, que é o nosso prefeito de Foz do Iguaçu, que é a terra das águas. Prefeito, olhe para o nosso povo e exija da Sanepar o fim da tarifa mínima e a prática de tarifas mais baratas, pois isso – mostrei aqui exemplos – é possível, está provado pelos 54 municípios que abandonaram a Sanepar e oferecem, sim, serviço de água, esgoto a preço justo para a sua população. A exemplo do pedágio, a tarifa mínima é um roubo legalizado. Tem campanha da Sanepar. Gastamos milhões em fazer campanhas para economizar água. Aí o cidadão, o seu João, a dona Maria... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto, Deputado, para concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): O seu João, a dona Maria economizam. Eles gastam, em média, dois metros cúbicos, mas, quando vão pagar a conta da água, vêm cinco metros cúbicos. Então, para que raio economizar? Qual o incentivo que o povo paranaense tem em economizar água? Se eles economizarem três metros cúbicos, vão pagar cinco. Se economizar dois, vão pagar cinco. Então, para que economizar? É um contrassenso. Isso tem que acabar, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero saudar aqueles que nos acompanham pelas mídias sociais e pela *TV Assembleia*. Senhor Presidente, hoje é uma data muito importante, uma data relevante, onde comemoramos o *Dia do Colono* e *Dia do Motorista*. Duas categorias que, sem dúvida nenhuma, são fundamentais no dia a dia de todos nós brasileiros. E hoje quero aproveitar aqui para homenagear os agricultores, homenagear o agronegócio deste País. O agronegócio que faz com que a economia flua, que deu um superávit na balança comercial nos últimos anos e está mantendo a economia do Paraná em dia, graças a homens e mulheres que labutam, que trabalham trazendo alimentos de qualidade à mesa da população e alimento também que é exportado para boa parte do mundo. Quero aqui, Sr.^s Deputados, agradecer àqueles agricultores, às suas famílias, àqueles que lá no passado vieram da Europa, instalaram-se aqui no Brasil, instalaram-se nos sertões brasileiros para desbravar o que temos hoje, fazendo da carroça de boi, da junta de boi, fazendo do machado, da foice, instrumento de geração de emprego, renda e sustentabilidade para as suas famílias. Quero homenagear aqui, Sr. Presidente, os agricultores do Oeste, sudoeste do Paraná, principalmente, gaúchos e catarinenses que vieram do Estado vizinho com muito sofrimento, com muita dificuldade, em cima de caminhões, onde meu pai, Michele Caputo, trouxe muitas mudanças de Santa Catarina para o Paraná em cima do seu

caminhãozinho Chevrolet, onde na frente vinha a mudança, os filhos em cima da carroceria e lá trás uma vaca, uma junta de boi, os cachorros, as galinhas para chegar ao sertão paranaense e, sem estrutura nenhuma, sem estradas, sem postos de saúde, sem escolas, fazer o que temos hoje. Famílias de colonos que perderam filhos, perderam familiares por falta de médico, por falta do remédio, por falta de vacina, mas que não desistiram jamais e fizeram do nosso Paraná um grande celeiro produtor de alimento para o mundo. Então, obrigado a todos os agricultores que se dedicam. Mulheres e homens que acordam cedo, que vão para a labuta, que já fazem a ordenha do gado de leite, que vão para a horta, que vão para a lavoura, que fazem com que possamos ter, no agronegócio, a sustentabilidade do nosso País. Então, obrigado a todos os colonos e parabéns a eles pelo seu dia. Da mesma forma, quero parabenizar os caminhoneiros, que, chova ou faça sol, estão labutando no dia a dia para trazer o sustento para suas casas. Com muitas dificuldades, muitas vezes com estradas esburacadas, com pedágio, com falta de segurança, com esse preço absurdo no óleo *diesel* passando de R\$ 7,00 um litro, mas não desiste da sua profissão. Fazem isso com muito amor, com muita dedicação, percorrendo o nosso Brasil e trazendo e levando as riquezas geradas pela nossa nação. Então, Sr. Presidente, neste dia quero aqui parabenizar e agradecer a colonos e motoristas pelo que fazem pelo nosso País. Agricultores que são empresários do agronegócio, caminhoneiros que trabalham de sol a sol para trazer o alimento para dentro de casa, meu muito obrigado, que Deus os abençoe e que essas duas categorias possam, cada vez mais, trazer o desenvolvimento para o nosso País. Grande abraço a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão. Senhor Presidente, hoje, realmente, é um dia muito marcante na nossa história, na história do nosso País, na história do mundo, porque aqui queria falar também que neste dia 25 de julho é comemorado, celebrado o *Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha*. Essa data foi instituída ainda em 1992 e traduz

para nós a luta das mulheres negras no nosso País, a luta das mulheres negras latino-americanas e caribenhas. Ela traduz para nós o sofrimento das mulheres negras. A luta diária que as mulheres negras enfrentam no preconceito, na discriminação, na violência, porque, Deputada Mabel, 70% da violência que ocorre contra a mulher são com mulheres negras, quase 70% da violência são com mulheres negras. Mesmo essa luta que já vem desde o tempo da escravidão e persiste até o dia de hoje é necessária, porque ainda a discriminação e o preconceito são muito grandes, porque ainda a violência contra a mulher negra é muito grande. Existe uma resistência ainda ao negro e por isso que esta data é uma data que marca a luta e a resistência das mulheres negras para sobreviver. É uma luta diária. E aqui ficam o nosso reconhecimento e a nossa gratidão a todas as mulheres negras. E juntas estamos para lutar por uma sociedade justa, humana e igualitária. Também neste dia quero aqui dizer que lembramos e é comemorado o *Dia do Colono*, o *Dia do Motorista*. São duas profissões extremamente importantes para o desenvolvimento da nossa sociedade. Estamos comemorando o dia de quem planta, de quem produz, de quem planta e de quem transporta também a produção, de quem planta e quem transporta a base do desenvolvimento social. Colocamos aqui o nosso reconhecimento, os nossos parabéns a todos os colonos e motoristas. A data celebrada de hoje como o Dia do Colono tem em vista e é aqui lembrada, Deputado Michele, ainda em 1824 quando já se comemorava o centenário da imigração italiana, chegando ao Rio Grande do Sul, já se comemorava o centenário em 1924 e aí se passou, então, a ser celebrado também como o *Dia do Colono*. Depois, instituída como lei, essa lei então surgiu em 1968, 5 de dezembro de 1968, a Lei do Colono, reconhecendo aqui todo o trabalho que é realizado pelos nossos colonos. Também hoje é o *Dia Internacional da Agricultura Familiar*. Dia internacional que foi instituído pela FAO, em 2014. Essa data marca o reconhecimento de todo o trabalho que é realizado pelos nossos agricultores e agricultoras familiares. Trabalho realizado por quem planta e é responsável por praticamente 70% do alimento saudável que vai à mesa do povo brasileiro. Pouco reconhecida essa profissão. Hoje nossos agricultores familiares trabalham muito, realmente por amor à profissão, porque o alto custo da produção tem feito com que os agricultores familiares trabalhem praticamente sem ter nenhum ganho, sem ter

praticamente nenhuma renda, mas trabalham muito por amor à profissão. É bom lembrar aqui que o trabalho da agricultura familiar começa muito cedo, praticamente aos seis, sete anos de idade as crianças já estão ajudando no trabalho que é realizado pela família, como bem dito, agricultura familiar. Esse trabalho que é feito pelas crianças ainda só foi... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Só foi reconhecido também, como profissão, de agricultores e agricultoras, a partir da Constituição de 1988, quando passaram também a ter direitos, os agricultores e as agricultoras, passaram a ter direitos previdenciários. Até então, principalmente a mulher agricultora não tinha esse direito, não era reconhecida a sua profissão, não era reconhecido o seu trabalho e sabemos que ela é grande protagonista na luta, na defesa da agricultura familiar, na defesa da agroecologia. E por isso fica, hoje, o nosso reconhecimento, os nossos parabéns, a todos os agricultores e agricultoras familiares pelo *Dia Internacional da Agricultura Familiar*. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que acompanha a nossa Sessão. Também quero homenagear os motoristas, hoje é o *Dia do Motorista*, homenagear os colonos, hoje é o *Dia dos Colonos*, homenagear também a mulher negra, hoje é o dia nacional e também é o dia estadual, lei da nossa autoria instituindo aqui, no Paraná, o *Dia Estadual da Mulher Negra*. A importância que tem de dar visibilidade à mulher negra e a luta da mulher negra no Paraná, no Brasil e no mundo. Hoje uma notícia em toda a imprensa: de cada dez famílias consideradas negras e pardas no Brasil, seis estão com insegurança alimentar, estão com dificuldade para ter alimento e aí boa parte dessas famílias, o arrimo dessas famílias são as mulheres. As mulheres negras, no Brasil, sofrem muito

mais do que qualquer outra pessoa neste País. Seja com desemprego, seja com a falta de oportunidade, a falta de condições para estudar, para se profissionalizar e também para ter um trabalho, para ter uma renda. E a violência também maior é contra a mulher negra no nosso País e no nosso Estado. Então, é muito importante que se registre esta data e que possamos fazer muito mais do que foi feito até agora, porque o que fizemos até hoje foi insuficiente para fazer frente ao desrespeito com as mulheres negras do nosso Estado e do nosso País. Também é da nossa autoria a Lei que instituiu o Dia Estadual da Agricultura Familiar e a Semana Estadual da Agricultura Familiar e do Agricultor Familiar no Estado do Paraná, combinando com o Dia Nacional do Colono. Portanto a agricultura familiar precisa de apoio, precisa mais do que financiamento subsidiado, precisa de fomento para que a agricultura familiar possa ser viabilizada na sua plenitude. Não só produzindo, mas, também, com agroindústria, gerando mais empregos, gerando mais renda no campo. A agricultura familiar é a que mais produz alimentos, por exemplo. Setenta e cinco por cento dos alimentos são produzidos pela agricultura familiar. É a que mais gera emprego no campo e precisa de valorização, precisa de respeito. Quero também cumprimentar cada agricultor, cada agricultora familiar do nosso Estado, neste Dia Estadual do Agricultor Familiar, da Agricultura Familiar, e, nesta semana, que é a Semana da Agricultura Familiar no nosso Estado por força de uma lei da nossa autoria. Quero aqui falar da importância que temos com relação à agricultura familiar e a importância que tem a juventude da agricultura familiar. E há poucos dias fizemos aqui uma Audiência Pública para tratar da sucessão na agricultura familiar, porque muitos jovens, sem o apoio do poder público, estão deixando a agricultura familiar e é um risco para todos nós, porque a agricultura familiar é aquela que mais emprega e é aquela que produz alimentos. E se não tiver a sucessão da agricultura familiar, teremos problemas de segurança alimentar. Problemas ainda maiores de segurança alimentar no nosso Estado e no nosso País. Portanto é um dia importante e precisamos, mais do que fazer homenagens com palavras, precisamos ter ações, leis importantes para proteger e apoiar a agricultura familiar no Estado do Paraná. Ficam aqui, mais uma vez, a nossa homenagem e os nossos parabéns. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Já estamos aqui com a presença na Casa do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que foi convidado, por solicitação do Deputado Homero Marchese, para fazer uma breve explicação do que ocorreu em relação ao Tribunal de Contas, que deve ter sido *hackeado*, já de conhecimento de todos, e o Conselheiro Fabio prontamente atendeu a nossa solicitação. Portanto, vou abrir o espaço para que o Conselheiro Fabio possa dar as devidas explicações aos Sr.^s Deputados e Deputadas desta Casa. Primeiro, seja bem-vindo! É o retorno à Casa em que você também, por muito tempo, foi Parlamentar. Seja bem-vindo e a palavra é sua, Conselheiro Fabio! Enquanto o Conselheiro vai à tribuna, registro a presença na Casa do Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Remineralizadores de Solos, Sr. Wellington Dalben, por solicitação do Deputado Tadeu Veneri.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra o Sr. Fabio Camargo e o Sr. Deputado Homero Marchese.

CONSELHEIRO FABIO CAMARGO: Excelentíssimo Sr. Presidente Ademar Traiano, a quem quero demonstrar, mais uma vez, todo meu respeito, minha admiração a V.Ex.^a, a este Parlamento, que tão bem me acolheu há tantos anos. Quero estender o meu cumprimento ao meu querido amigo, o 1.^o Secretário, Deputado Romanelli, pessoa da minha mais autoestima. Estava falando a V.Ex.^a aí no seu ouvido dos ensinamentos da sua mãe. Sagrado, sagrada, abençoada. Amém! Não posso me furtar, Deputado Nereu, velha guarda, tantos ensinamentos. Está aí do lado do Deputado Romanelli, tantas lembranças, MDB de guerra. Na minha infância, na minha juventude, grandes lembranças, grandes inspirações, grandes aprendizados. Deputado Gilberto Ribeiro, também fazendo aí parte da Mesa, permita-me, permitam-me, Sr.^s Deputados, já que estamos falando de aprendizado, televisão, rádio, comunicação, emoção, razão, vontade de aprender, de falar, de comunicar, de sintonizar. Obrigado, Deputado Gilberto! Permitam-me, Deputada Maria Victória, ao telefone, mas, em seu nome, cumprimentar as Deputadas, as senhoras aqui presentes. Não poderia ser diferente. Senhoras e senhores, é com muita satisfação que volto a ocupar a tribuna desta Casa, após nove anos

no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. E gostaria de iniciar este breve pronunciamento fazendo dois agradecimentos, de tantos agradecimentos que teria a fazer aos colaboradores, ao corpo de funcionários, aos assessores, à parte de comunicação, enfim, mas, primeiro, à Mesa Executiva, pelo convite para estar aqui hoje, nesta tarde, falando, inclusive, como já citei para alguns Deputados que foram meus colegas de gestão. E é muito difícil nominarmos e por isso quero dizer que carrego todos na minha mente e, sem sombra de dúvida, em meu coração. Também pela possibilidade de agradecer pessoalmente a vários dos Sr.^s Deputados que, neste período difícil, mas de aprendizado, pelo qual passamos, manifestaram-nos suas solidariedades, seja por telefone ou atravessando as duas quadras que separam o Tribunal da Assembleia, também na busca por informações, caro Deputado Homero. Aliás, ações que não são incomuns, porque, afinal, somos órgãos parceiros e integramos um Estado que protege o cidadão por meio de suas instituições, Deputado Micheletto, V.Ex.^a que há pouco tempo atuava no Executivo e sabe o quanto o Estado protege os seus. Aprendi, desde o início de minha vida política, como Vereador em Curitiba, sobre a importância de ser respeitado, mas, para isso, de se respeitar o papel de todas as instituições, e aí me permito olhar para o meu querido amigo Deputado Michele Caputo, onde, no período em que era Vereador, tive muitas lições a aprender com V.Ex.^a. Vossa Excelência, um grande Secretário da Saúde, seja Municipal, seja Estadual, mas, acima de tudo, um Secretário humano. Mais tarde, aqui nesta Casa, como Deputado Estadual, de 2007 a 2013, quando fui Presidente de Comissão, muito conhecida, como a Comissão das Falências. Está aqui o Deputado Luersen, grande companheiro, grande amigo, homem do peito. Doutor Batista, carinhoso, respeitoso, harmonioso. Também tive a oportunidade de lutar, buscar trabalhar, seja pela CEI das ONGs, Pedágio, seja pela CEI dos Grampos, enfim, seja ocupando a 5.^a, a 4.^a Secretaria, com muita honra, com muita humildade, Deputado Homero, mas sobre isso, se for o caso, dependendo das indagações, falo na sequência. Vamos inicialmente prestar, com humildade, com respeito, com responsabilidade, as informações acerca do episódio que afetou os nossos sistemas virtuais no dia 13 de maio deste ano. Primeiro, deixar claro que o episódio que ocorreu com o Tribunal de Contas do Paraná não é um fato isolado. Em 18 meses, de novembro de 2020 até abril de

2022, os Tribunais Brasileiros foram vítimas de 13 ataques cibernéticos de *hackers*, paralisando os trabalhos e provocando transtornos para a população. Isso significa uma média de um ataque a cada 41 dias. Nem as Cortes Superiores foram poupadas. Na iniciativa privada, a ação desses criminosos virtuais é ainda maior, vide recente caso do Grupo Champagnat, que chegou a provocar até a suspensão de cirurgias em hospitais, mas vou poupá-los de ler a relação, os períodos e os problemas que foram provocados por essa ação, que caracterizo, Deputado Homero, como um crime de Estado. Aliás, é assim que estamos tratando, Deputada Rafagnin, prazer em revê-la. É o caso desde que o começo, desde que nos foi detectado, tratamos como um caso de polícia, investigado pelo Núcleo de Combate aos Crimes Cibernéticos, onde o inquérito está sendo instaurado e corre em segredo de Justiça, Deputado Douglas Fabrício, V.Ex.^a que tive a oportunidade também de tê-lo aqui, aprendendo, trabalhando e mostrando realmente a forma humilde e respeitosa de tratar as instituições. De forma serena, de forma transparente, enfrentamos a contaminação maliciosa por vírus com o apoio do nosso corpo técnico, aqui representado, a quem quero agradecer muito a todos os Diretores, a todos os colaboradores, não só, Deputado Homero, do Tribunal de Contas, mas, desde o início, do Tribunal Regional Eleitoral, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Polícia Civil, da Polícia Militar, a Ordem dos Advogados do Paraná, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, a Atricon, e aqui, institucionalmente, Deputado Traiano, a Assembleia Legislativa, Deputado Romanelli, e todos e todas Deputadas e o corpo de TI do Parlamento, que se colocaram à disposição. O mais importante no episódio, Deputado Homero, é que não perdemos nenhum dado, porque todas as informações tinham *backup*. Diversos Deputados atravessaram a rua indagando, perguntando, solicitando, conversando, dialogando. Nem a tramitação interna de processos ou outros documentos foi afetada. A princípio, não houve prejuízo a nenhum munícipe, a nenhum município, porque os prazos de validade das certidões, conversando, dialogando, entendendo-nos, foram ampliados. Neste ponto, aqui, gostaria de fazer mais um agradecimento, porque se é dialogando, conversando, entendendo-se e se harmonizando, não criminalizando, não apontando, não tentando mostrar dificuldades que não existem e causando problemas inexistentes, mas, sim, apoiando e construindo

com resiliência e, acima de tudo, com persistência, o nosso Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, na pessoa do Presidente, Prefeito Júnior Weiller. A AMP, que foi fundamental nessa parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assim como todos os demais órgãos já citados e todos aqueles que compõem os demais órgãos, Deputados, Vereadores, Prefeitos e Presidentes de instituições, todos aqueles que buscam cuidar do Estado e atendê-lo, entendendo que o Estado é o pai, o Estado cuida da sociedade e a sociedade é acolhida pelo Estado e estamos aqui para cuidar do Estado e não para apontar problemas que não existem no Estado. A apresentação de denúncias e outros expedientes urgentes, como recursos e representações, foram regulamentados por resoluções, que garantiram o fluxo normal desses processos de forma presencial, por meio de postal ou por *e-mail*, porque é bom aprendermos com o passado, às vezes até com o antepassado. Desde que solicitadas, todas as informações sobre processos, todos foram disponibilizados. O seu *e-mail* não chegou? De forma impressa ou por *e-mail*. Mesmo sem sistemas, mantivemos fornecedores e servidores, cumprimos todas as obrigações em dia, Deputado Homero. Pediria aqui a atenção dos senhores, se possível, Presidente Traiano, para um vídeo breve que fizemos, que trará mais detalhes sobre o episódio que enfrentamos, acredito que superado, que transformou o Tribunal de Contas do Paraná em referência, parceiro, companheiro, colaborador dos 32 TCEs, que também participaram juntos, Deputado Traiano, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, de todo um trabalho para que pudéssemos alcançar um objetivo, um objetivo em conjunto para que questões como essa possam ser trabalhadas e amenizadas. Especial destaque seja dado, por favor, ao projeto *Jovem no Controle*, que está sendo implantado por esta Corte em conjunto com a Secretaria Estadual da Educação, que levará conhecimento sobre cidadania a mais de 1 milhão de estudantes em escolas públicas, porque enquanto aparentemente o sistema estava parado, mas ele apenas estava *hackeado*, estávamos trabalhando e buscando soluções, Deputado Homero.

(Apresentação de vídeo.)

CONSELHEIRO FABIO CAMARGO: Caros Deputados, essa última notícia foi hoje de manhã, Deputado Traiano, que foi colocada, vinculada ao ar na rádio do Supremo Tribunal Federal. Esse foi o termo de cooperação. Está aqui o Doutor Nilson Pohl, que não nos deixa mentir, homem de comunicação, Deputado Nelson Justus, há muitos anos. Afinal de contas o Nilson não iria me deixar, nesse nível, me equivocar aqui. Então, foi hoje, o Supremo divulgou isso, um reconhecimento do trabalho de cooperação, Deputado Homero. Então, quero agradecer ao Legislativo do Estado do Paraná, do qual me orgulho muito de ser oriundo e de ter aprendido essa forma de cooperar com a sociedade, entendendo que o Estado é pai. Assim, como compreendemos, Deputada Mara Lima, que as igrejas são mãe. Por isso que nos sentimos protegidos. Foi isso, enfim, um resumo do qual a atual gestão está realizando, na busca de aperfeiçoar o controle público, por meio da orientação aos seus gestores. A nossa estatística, todas elas, mostram que 90% para mais dos problemas registrados, na realidade de situações registradas com prestações de contas, têm a ver com má interpretação ou desconhecimento. A nossa política não é a de criminalização, isso é muito claro, é de orientação. Precisamos, todos nós, de orientação. Todos têm o direito à defesa, especialmente no período conturbado em que vivemos, passamos, estamos passando, que é a pandemia. Atravessamos, faz dois anos e estamos ainda nesse resquício. Sem abrir mão de suas atribuições, o Tribunal, com muita humildade e respeitabilidade, preza a reputação do gestor público, porque sabemos que isso dinheiro nenhum vai comprar. Em um dos primeiros eventos de que participei na minha gestão, vocês puderam acompanhar, o 9.º Congresso da União de Vereadores do Paraná, fui questionado sobre a imagem do leão que o Tribunal de Contas tinha até aquele momento, pelo visto, o Presidente e Vereador de Cafelândia, o Charles Roling. Respondi de bate-pronto que a nova imagem que os gestores públicos passariam a reconhecer no Tribunal, seria da *Tiquinha*, a doce Golden, que acompanha, inclusive, no trabalho e nas Sessões do Pleno. É, Deputado Nelson Justus, as coisas estão mudando, estão humanizando, e é assim, respeitamos, valorizamos todo o trabalho, mas atualizamos, estamos aí para isso, com humildade, com respeitabilidade e com todo o cuidado. Se existe o mau gestor, que é uma minoria, existe a grande maioria que é bem intencionada e que tem

em nossa Corte como uma parceira, sempre disposta a orientar, sobretudo o caminho correto, com uma equipe técnica que é modelo para o País. E que quero agradecer o conforto, a tranquilidade, aqui me permito agradecer em nome do nosso Diretor Liberal, a todos os nossos diretores que estão aqui presentes, aos poucos, quem sabe, vá saindo o nome de um por um. Para a atual gestão do TCE não interessa punir, multar, mas, sim, agir de forma preventiva, orientando, analisando previamente, porque o custo do erro após o cometido será sempre muito maior, especialmente, e todos sabem disso, para a população. Não é isso, Deputado Gilberto? E obviamente para o gestor, também pela sua honra, pela sua família, e sabemos do que estamos falando aqui. Por isso, investimos primeiro na promoção do conhecimento, transformando-nos não em algozes, mas em parceiros de Vereadores e Prefeitos. E aqui quero fazer uma demonstração, Deputado Guto, seja bem-vindo à sua Casa. Aqui o meu respeito, a minha admiração pela parceria institucional, republicana, Deputado Homero, com o Ministério Público, porque a harmonia, Deputado Traiano, que estamos vivendo, vivenciando e particularmente que estou podendo, com muita humildade, colaborar, aprender e vivenciar, ela tem sido muito positiva para o nosso Estado, e é o que estamos podendo vivenciar hoje aqui. Então, aproveito este momento aqui nesta tribuna também para fazer neste momento, até porque o Ministério Público do Estado do Paraná nos franqueou com um equipamento muito importante para a nossa TI. Acho que essa parceria, dentro do convite feito, ela me faz importante lembrar. Estamos levando conhecimento aos municípios por meio de cursos ministrados pela nossa Escola de Gestão Pública, para que o gestor erre cada vez menos, e está aqui, citei o Liberal. Privilegiamos o direito ao sigilo da informação, porque ele é um instrumento de defesa da honra. Por isso, temos que cuidar quando colocamos em nossas redes particulares falando da Instituição, que foi o que aconteceu, e por isso imediatamente solicitei a minha vinda aqui. Não aceitamos denúncia anônima. Assim que assumi a Presidência do Tribunal, por eu mesmo, conhecimento de causa e de sofrimento, privilegiei o sigilo, porque obviamente vimos recentemente o que aconteceu no Brasil, quando não se foi privilegiado o sigilo, e quando a denúncia anônima corre solta. No Tribunal de Contas do Estado do Paraná não se aceita denúncia anônima, porém, se privilegia o sigilo, afinal de contas, pode cair uma bolsa de

uma Copel, de uma Sanepar, como ocorreu em uma Petrobrás com o “extudo”, que parece que depois vai receber um título. Estamos levando o Tribunal ao interior, por meio do Projeto TCE Itinerante, como já fizemos no Norte Pioneiro e no Litoral em encontros na Câmara Municipal. Conheço a prática do mandato de Deputado porque aqui estive entre 2007, quando propus a CPI do Grampo, essa está marcada, e 2013, quando tive a oportunidade, Deputado Nelson Justus, com a realidade que este Parlamento enfrenta aqui todos os dias, conheço a pressão que o Deputado sofre para solucionar problemas que nem sempre são simples e que normalmente batem na impossibilidade de recursos por parte do Executivo. Aqui conseguimos grandes vitórias, todos nós, na defesa do cidadão, especialmente frente à CPI das Falências, que embora interrompida por uma liminar judicial, foi valorosa e vitoriosa, e colaborou, provocando avanços no rumo da gestão das falências no Paraná, e serviu de exemplo para o Judiciário de todo o País. Entre outros resultados, o trabalho desta CPI, desta Assembleia, provocou a criação de Varas especializadas, que dobraram o número de Juízes especializados, definiu novos critérios para nomeações de administradores judiciais e implementou o cadastro de auxiliares da Justiça, sem falar que foram pagos mais de 50 milhões em impostos com os leilões, destituído administradores. E Vossas Excelências sabem o que é uma empresa voltar a funcionar nas regiões. Em vez de falirem, elas voltaram a funcionar, gerando empresa, emprego e distribuindo renda, Deputado Tadeu Veneri. Realmente uma revolução no sistema falimentar, que esse Legislativo colaborou com o Judiciário, porque, Deputado Homero, tínhamos um Presidente à época, o Presidente Miguel Kfoury, e aprovamos a CPI aqui em Plenário, e a CPI levava ao Presidente Kfoury, os Deputados aqui, de forma discreta, porque não poderíamos, em hipótese alguma, agredir um dos Poderes, Poder seríssimo, Poder respeitadíssimo, porque não se agride Poder, o Poder é pai, o Poder cuida do povo, e estamos aqui para cuidar, para atender e para solucionar. Então, quero agradecer todo o cuidado que o Legislativo está tendo com o Tribunal de Contas, e essa reciprocidade que estamos tendo uns com os outros, porque o Estado é pai e o pai cuida da sociedade. E, por isso, de forma respeitosa, conseguimos fazer a união, a harmonização do Legislativo com o Judiciário naquele momento e pudemos, sim, ter uma evolução no processo falimentar, fazendo isso com que houvesse

um progresso. Para não me alongar, Sr. Presidente, importante destacar que de quase 250 medidas postas e interpostas naquele momento em que infelizmente estava como Presidente da CPI das Falências, infelizmente fui vítima do chamado *lawfare*. Já estou encerrando, Deputado. Que fui vítima do *lawfare*, que é a instrumentalização do direito que objetiva a promoção de guerra e a destruição do inimigo. Foram 250 medidas postas, interpostas contra mim, mas em uma situação desta não existem vencidos nem vencedores, apenas uma passagem, da qual absolutamente está superada. Naquele momento fui transformado, fui transformado, sim, em um inimigo, porém, dentro dessa superação fui reconhecido por alguns Ministros do Superior Tribunal de Justiça, que inclusive o Estado teria me tratado como inimigo. Mas o Estado é pai, e quando falamos a verdade, o Estado cuida. Tentaram à época aniquilar, mas a humildade e a respeitabilidade pelo Estado, acreditando nas instituições, elas o protegem. E é isso que estou fazendo aqui hoje, Deputado Homero, buscando, com humildade, com entendimento, mostrar a este Parlamento que quando V.Ex.^a indagou na sua rede particular apontando possíveis equívocos que nós, com os técnicos, no Tribunal de Contas do Estado do Paraná estamos absolutamente tranquilos para vir aqui prestar satisfação e mostrar que não se ataca o Estado, porque o Estado é protetor. O Estado é defensor e estamos aqui para defendê-lo, porque sem ele a população não vive. Não podemos permitir que, de forma unilateral, o Estado seja atacado. E, com muita humildade, muita respeitabilidade, porque já estive aí desse lado, venho aqui me colocar à disposição, com os técnicos, para trazer qualquer tipo de informação. Senhor Presidente, gostaria apenas única e exclusivamente, agora se trata de uma questão de certa forma pessoal, mas ela acaba convergindo com institucional, porque V.Ex.^{as} sabem, está fazendo quase uma década que não tenho o privilégio de subir nesta tribuna, recentemente vim até em um evento da Deputada Maria Victória, mas há 60 dias, aproximadamente, não deu 90 dias, Sr. Presidente, fui tomado por uma grande novidade, uma novidade muito honrosa, quando digo que ela, realmente, acaba unindo o pessoal ao institucional, permita-me só fazer um comunicado e dividir com os meus ex-colegas e com os novos amigos, que os mais antigos aqui lembram quem foi o autor do pedido de impugnação da minha eleição para o Tribunal de Contas, porque esse pedido, sou o único

Conselheiro no Brasil que tomei três posses, e aqui tivemos um posicionamento muito ético do Deputado Plauto Miró. Quero demonstrar o meu respeito a V.Ex.^a. Vossa Excelência sabe que o respeito. Vossa Excelência sabe o quanto é harmônico este Parlamento, Deputado Homero, porque as instituições funcionam, as instituições se respeitam. Então, para ficar claro, esse pedido de impugnação da minha eleição foi de um descendente, porque não houve, para deixar claro, que foi muito respeitosa a eleição aqui. Foi de um descendente da última família proprietária da Impressora Paranaense, adquirida em 1912. Uma das empresas de propriedade de Idelfonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, que funcionava onde é o atual Cine Passeio. Digo isso, senhores, porque tive, como coloquei aqui, aproximadamente 250 ações postas e interpostas. E não podemos creditar isso somente aos posicionamentos políticos proativos que tive, seja pela CPI do Grampo, da Falência, seja pela postulação pelo 5.º Constitucional, seja pela postulação ao Tribunal de Contas, como já disse, porque tudo foi muito institucional, muito respeitoso e harmônico. Não. Então, fica aqui o meu respeito. Aonde quero chegar com isso? Na elaboração do meu recurso, feito por uma equipe de advogados catedráticos, militantes que também atuam em Portugal, uma pesquisa histórica identificou os meus laços com a família Correia. Sou descendente do Português Comendador Manoel Francisco Correia. Citei seu nome hoje, hein, Deputado Nelson Justus. Natural de Aveiro, pai de Idelfonso Pereira Junior, o tão injustiçado Barão do Serro Azul. Pertenço, assim, ao ramo familiar de um Maragato, que dou a sua vida pela proteção de todos os curitibanos. Executado aos 44 anos na ferrovia que corta nossa serra do mar, em maio de 1894. Localizei em cartório documentos do século passado, laços familiares que desconheci durante a maior parte da minha existência. Deputado Traiano, coincidência ou destino, ocupo hoje a Presidência do Tribunal de Contas do Paraná, mesma função que Manoel Francisco Correia Junior exerceu durante o Governo de Floriano Peixoto frente à Presidência do Tribunal de Contas da União, onde se aposentou. Tenho assim, correndo em minhas veias, um pouco desse sangue desses ancestrais. Defendo assim os mesmo princípios de uma família que ao mesmo tempo foi propulsora do sistema capitalista deste Estado, enquanto libertava escravos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Fabio, por favor, para concluir.

CONSELHEIRO FABIO CAMARGO: Estou concluindo, Deputado Traiano, é para lembrar os velhos tempos. Libertava escravos, antes mesmo da edição da Lei Áurea. Uma família que gerou o maior produtor de mate do mundo. Criador do Banco Imprensa Paranaense de negócios da área de madeira e da própria Associação Comercial, que criou o Clube Curitibano, o Passeio Público, a Catedral Metropolitana de Curitiba, com o capitalismo e humanismo marchando sempre lado a lado. A história explica, sim, a origem de muitos episódios que ocorreram ao longo da minha trajetória da vida. Muitos conhecidos dos nobres Deputados que aqui se encontram. Portanto, Deputado Traiano, para que não haja mais nenhum tipo de ansiedade, nervosismo ou algo parecido, quero agradecer a V.Ex.^a por todo o tempo, por todo o espaço e, acima de tudo, por toda paciência, porque nos conhecemos há muitos anos e já sabemos o quanto já nos debatemos, mas institucionalmente e o quanto nos respeitamos. Faço dessas palavras minha com V.Ex.^a as palavras a todo esse respeitoso Parlamento. Obrigado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Peço inscrição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Vou lhe conceder, porque V.Ex.^a foi quem solicitou a estada do nosso Conselheiro. Então, vou lhe conceder a possibilidade de pergunta.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Muito bem. Boa tarde, Sr. Presidente Fabio. Muito obrigado pela sua presença aqui na Assembleia, a Casa em que o senhor foi Deputado. Conversamos pela internet e lhe disse que o senhor seria muito bem respeitado aqui, como de fato foi e tenho certeza de que será. O senhor mencionou uma publicação que fiz na rede social, foi uma publicação que fiz em 8 de julho que dizia o seguinte: “O Tribunal de Contas, o Paraná está há 56 dias com seus sistemas fora do ar devido a um ataque *hacker*, desde então não é possível consultar andamento de nenhum dos processos que tramita no Tribunal. Os prejuízos desse apagão são enormes, não há como acompanhar o andamento da análise de prestação de

contas dos municípios, do Governo do Estado e dos entes públicos. Não se sabe o andamento de denúncias, representações referentes à lei de licitações, como nos últimos anos tivemos um grande volume de transferência de recursos por parte da União, por conta da pandemia, esse *blackout* torna-se ainda mais grave. Já protocolamos um requerimento do TCE pedindo explicações ao órgão sobre eventual perda de informações e prejuízos operacionais, mas não obtivemos resposta. Enquanto isso o TCE vem repetindo que está trabalhando para restaurar o sistema e que esse processo deve ser concluído em breve.” Pela explanação do senhor – acompanhei inclusive o vídeo – há uma menção no vídeo de que o Tribunal ficou 58 dias com os sistemas em plena indisponibilidade. Não me parece que fiz nenhuma afirmação incorreta na minha publicação. Depois do final de semana da publicação e da nossa conversa pela internet, disse-lhe que faria um convite aqui, na Assembleia. O convite foi feito em comum acordo com o Presidente da Assembleia e com o Líder do Governo, resolvemos tirar o convite porque o senhor, espontaneamente, viria aqui. E agradeço por isso. Conheço bem o Tribunal de Contas, fui servidor do Tribunal de Contas, antes de o senhor ingressar no Tribunal de Contas, não fomos contemporâneos, e sei da capacidade que o Tribunal tem para identificar problemas, irregularidades. Lembro do último trabalho que fiz lá que foi uma auditoria dos pedágios do Paraná. Por seis meses uma equipe do Tribunal de Contas esteve no DER, analisou licitações, levantou contabilidade, conversou com os servidores, foi às rodovias e foi a primeira instituição do Estado a levantar o desequilíbrio que havia nos contratos paranaenses de centenas de milhões de reais em favor das concessionárias. Infelizmente não foi o Tribunal de Contas que acabou dando a notícia para a população porque o processo demorou demais, e quem acabou dando essa notícia foi o Ministério Público Federal, no âmbito da saudosa *Operação Lava Jato* que tanto orgulhou os paranaenses, os brasileiros. Mas me lembrava, trabalhava na Diretoria de Contas Municipais – parece-me, inclusive, que mudou o nome – para ter uma ideia da capacidade do Tribunal, a Diretoria tinha, na época, com certeza hoje tem mais do que isso, acesso total a toda contabilidade dos municípios. Isso permitia fazer um trabalho de combate à corrupção fantástico. Vamos dar só um exemplo, aos senhores. Em uma ocasião chegou à nossa mesa uma denúncia de que um

município na região Centro-Sul do Estado estava fraudando o pagamento de peças para a frota. E rapidamente, com os sistemas do Tribunal, levantamos todas as licitações que o município tinha feito para esse objeto, todas as empresas que venceram, os preços que foram pagos, as quantidades de itens comprados. Logo em seguida fizemos o mesmo para os municípios vizinhos. Logo em seguida, Presidente, fizemos o mesmo para o Paraná inteiro, pintamos um mapa de calor para indicar quanto cada município do Estado gastava por peça per capita. E, curiosamente, naquela mesma região, não só naquele município da denúncia, o mapa estava todo vermelho, enquanto no resto do Paraná estava em cores mais claras, dando a entender, dando uma clara indicação de que havia ali um grande esquema de corrupção. Fizemos isso em meia-hora, em meia-hora, para os senhores terem uma ideia da capacidade que o Tribunal e os técnicos têm de combater mau feitos. E quando fiz uma publicação sobre o Tribunal, não queria apontar o dedo para a mesma instituição. Estou como Deputado aqui e o meu papel é fiscalizar as instituições públicas do Estado do Paraná, entre elas o Tribunal de Contas, que, aliás, é órgão auxiliar da Assembleia Legislativa e a nossa responsabilidade é acompanhar o trabalho do Tribunal de Contas. Fico muito contente quando o senhor vem aqui, espontaneamente, acredito que seria importante, Presidente Fabio, que o senhor abrisse um precedente – que os Presidentes do Tribunal de Contas pudessem vir sempre a esta Casa, porque precisamos desse *feedback*. Poderíamos fazer, por exemplo, uma série de fiscalizações na organização, na administração estadual que deveria contar com o apoio dos servidores do Tribunal de Contas. Infelizmente isso não tem sido a regra aqui, no Tribunal. E também apresento que o senhor permita que vejamos, claramente, qual é a importância da escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas. Mas, enfim, o principal motivo da convocação do senhor foi para que soubéssemos, como representantes da população, se houve prejuízo ao banco de dados e ao acervo processual do Tribunal de Contas. O senhor mencionou que não. Mas queria que o senhor pudesse falar um pouco mais sobre isso: algum sistema do Tribunal foi afetado? Tivemos alguma perda de dados? Processo: algum processo desapareceu ou ainda há dificuldade de recuperar algum ato processual? Houve pedido de resgate? Os criminosos fizeram pedido de resgate e de alguma maneira isso foi pago? Haverá prejuízo para os

processos de prestação de contas nesses dois meses de indisponibilidade plena do sistema do Tribunal, com os municípios, sendo incapaz de alimentar os dados do Tribunal? E usamos muito o *site* do Tribunal. Nossa equipe, além de uma série de outras ferramentas, disponibiliza, na internet, o Observatório Fiscal dos Municípios do Paraná, em que é possível ver toda a contabilidade dos municípios ao longo dos anos. E utilizamos como fonte o Tribunal de Contas. Houve algum tipo de prejuízo para o processo de prestação de contas nesses dois meses? Vai atrasar o processo de prestação de contas? Estou fazendo essas perguntas, Sr. Presidente, sem nenhuma malícia, não tenho nada contra o senhor, não tenho absolutamente nada. Já estive no Tribunal de Contas conversando com o senhor sobre outro assunto, mas gostaria, como representante da população, que pudesse ser esclarecido. Só vou repetir para que fiquem mais claras as perguntas: se houve algum tipo de prejuízo ao banco de dados? Alguma informação que desapareceu? Algum processo que foi afetado ou parte dele? Se houve pedido de resgate por parte dos criminosos? Porque já temos notícia disso que aconteceu em empresa e também em municípios do Paraná. E se haverá prejuízo para os processos de prestação de contas, no Estado? Mais uma vez queria agradecer a presença do senhor, dos companheiros do Tribunal de Contas que aqui estiveram; muitos eu não me recordo da minha época. Saí do Tribunal de Contas em 2012, talvez tenham entrado depois de 2012, não me recordo dos rostos dos senhores. Mas encontrei um amigo ali atrás, o Jodicley, não sei se está ainda aqui, está ali, é um grande companheiro. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Fabio, as perguntas são extensas. Imagino que V.Ex.^a poderia responder por escrito.

CONSELHEIRO FABIO CAMARGO: Não! Já estão respondidas! Deputado Traiano, V.Ex.^a me conhece e conheço V.Ex.^a. Permite-me? Se V.Ex.^a me permitir!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Claro, claro.

CONSELHEIRO FABIO CAMARGO: Está tudo respondido. Primeiro V.Ex.^a trouxe as perguntas já escritas, então, sim, estão escritas, porque, veja,

Deputado Homero, quando V.Ex.^a escreve, V.Ex.^a se equivocou em tudo! Ok? Em tudo, está tudo errado. Tudo que V.Ex.^a perguntou já está respondido. Ok? Se V.Ex.^a quiser fazer uma visita será muito bem recebido, se V.Ex.^a estiver tranquilo podemos ir juntos. Mas está tudo respondido, não houve nada, não perdeu nada, não teve pressão nenhuma; as instituições respeitaram, harmonizaram. Estou totalmente à sua disposição! Mas quero dizer o seguinte: V.Ex.^a, infelizmente, infelizmente, chegou aqui falando mal da Câmara Municipal de Maringá, está aqui, recentemente, falou mal daqui da Assembleia, quer voltar para cá falando mal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Estou aqui para defender as instituições, permita-me, não estou faltando e jamais vou faltar com respeito a nenhum Parlamentar, porque sou oriundo desta Casa. Vossa Excelência amadureça um pouco, amadureça um pouco, porque estamos aqui para evoluir, estamos aqui para evoluir. Deputado Traiano, permita-me: se tiver alguma pergunta pertinente, que não tenha respondido ou que o vídeo não esteja a contento, os nossos técnicos estão à disposição. No mais, Deputado Traiano, é dizer que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná está sempre à disposição do Legislativo e da população. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradecemos, Deputado Fabio...

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Podia responder às perguntas, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, não vamos politizar o assunto aqui.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Não politizei assunto nenhum! Fiz umas perguntas e ele não me respondeu!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, Deputado Homero. Já estamos com quase duas horas de explicações, acho que...

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Vamos chamar outro Conselheiro do Tribunal de Contas para prestar informações.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não cabe mais questionamento. Agradeço ao Presidente do Tribunal de Contas pela deferência especial de ter estado aqui para falar sobre o tema. Aproveito para dar o tempo necessário para os cumprimentos e, na sequência, o Deputado Galo falará ainda pelo PP no Pequeno Expediente.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Presidente, peço a inscrição no horário da Liderança, por favor. Melhor, no Pequeno Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Deputado Galo com a palavra, por favor.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Galo; e Homero Marchese.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, permite-me quebrar aqui, se o senhor permitir, apenas para dizer e fazer uma saudação que hoje é o *Dia da Mulher Negra*. Saudação, e declino do restante. Grato, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vereador Silvio Mecânico, de São José dos Pinhais, por solicitação do Deputado Francisco Bühner. Com a palavra, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, boa tarde ao senhor e aos Sr.^s Deputados, à população que nos assiste. É importante que tenhamos equilíbrio nas funções que nos propusemos a fazer no Estado. Esta talvez seja a principal qualidade que você deve exigir de uma pessoa que assuma um papel de importância nas nossas instituições. Acabamos de ter uma participação do Conselheiro Fabio Camargo e, infelizmente, não respondeu nada do que perguntamos aqui. O vídeo diz que o Tribunal de Contas ficou fora de ar por dois meses em indisponibilidade completa, ou seja, aquilo que mencionava estava correto. Não fala nada sobre dados perdidos ou processos danificados, o que se tratando do Tribunal de Contas é um

problema, e estamos aqui simplesmente fazendo a nossa... cumprindo a nossa responsabilidade de exigir das instituições paranaenses, ainda mais de um órgão auxiliar desta Casa, que preste informações à sociedade. Ou alguém soube, nos últimos dois meses, o que aconteceu no Tribunal de Contas? Algum órgão de imprensa soube? Alguém perguntou? Alguém esteve no Tribunal de Contas e pôde saber o que aconteceu, o que deixou de acontecer? Parece-me que algo tão simples de tratar e ninguém precisa ficar nervoso por causa disso. Não precisa *pegar no calcanhar* de ninguém. Aliás, é esquisita a postura, não é, porque fazemos um convite para que haja uma prestação de esclarecimentos singela, que podia ter feito em 10 minutos, e fala por uma hora e o principal objetivo na convocação não é endereçado. Lamentamos, mas queremos comunicar a toda sociedade que pode ficar tranquila que o nosso papel estamos fazendo. Já havíamos também feito esse pedido de forma escrita ao Tribunal de Contas. Infelizmente, no momento em que o sistema do Tribunal estava fora do ar o *e-mail* simplesmente desapareceu lá dentro. Levamos pessoalmente, protocolamos no Protocolo do Tribunal de Contas. Fizemos ofício também à Polícia Civil do Estado do Paraná, queremos saber como andam as investigações, quando que elas foram instauradas, se houve algum tipo de pedido de resgate ou se houve algum dano ao patrimônio público e aos sistemas tão importantes das instituições, e vamos seguir acompanhando esse processo. Não tenho compromisso nenhum de ficar *puxando saco* de instituição nenhuma. Não estou eleito para fazer isso aqui. O meu compromisso é fazer com que elas funcionem adequada e corretamente, e quem não gostar tem todo direito de espremer também, tem a sua liberdade de expressão assegurada, mas não vai ganhar no grito, porque não sei se as pessoas sabem, mas o Estado do Paraná deve mudar, talvez nos próximos dias deve mudar, e precisamos não desrespeitar as instituições, mas pôr fim ao compadrio que existe entre elas, o *tapinha nas costas*, o silêncio em relação ao que se faz de errado de um lado ou de outro. O meu objetivo aqui, Deputado Goura, é fazer com que o sistema pelo menos deixe de rodar da maneira como rodava. Se isso acontecer, não vou mudar o mundo, mas fazemos pelo menos um pouquinho a diferença. Se conseguirmos colocar uma pedrinha na engrenagem do sistema e abalar essa engrenagem, vou ficar muito feliz, porque já disse para os senhores, várias vezes, no Brasil, infelizmente, no

Paraná não é exceção, é o Estado contra o povo e não o Estado a favor do povo. É muita gente buscando um lugar no Estado para poder utilizar o Estado em proveito próprio contra o resto da população que paga a conta, e é a hora de fazermos essa ciranda parar de girar. Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): *Pela ordem*, Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Já não está entre nós mais o Presidente do Tribunal de Contas, Fabio Camargo, o Conselheiro Fabio Camargo, mas não posso deixar aqui, como 1.º Secretário, de dar um depoimento que, mesmo com esse apagão de dados, o Tribunal de Contas continua exercendo regularmente o processo de fiscalização, inclusive sobre este Poder Legislativo, questionando, fazendo diligências, enfim. E, também, até dou como testemunho os municípios a que atendo, que demandaram muitas questões relativas ao Tribunal e nem por isso o Tribunal parou de trabalhar, não é? Agora, quanto à fala dele, o Deputado Homero fez as perguntas por escrito. Talvez, Deputado Homero, ter feito antes, enfim, não é? Mas de qualquer forma assim, a mim me parece, que tirando o estilo, diferente do seu, que V.Ex.^a diverge sempre com muita gentileza até, mas entendo assim: ele deu as respostas antes. A mim me pareceu mesmo. Para ser bem honesto, acho que ele deu as respostas. Concretamente, ele antecipou as respostas às perguntas que o senhor ia formular, não é? Mas acho que como saldo disso é o seguinte, se me permite. Acho que o Deputado Homero que, muitas vezes, é um questionador e tem divergências, entendo assim: esta Casa tem que exercer o papel mesmo que a Constituição compete a ela, e a vinda do Presidente do Tribunal de Contas foi bem-vinda, e acho que cumpriu o que deve ser feito por este Parlamento e tantas outras situações. Então, acho que nesse aspecto é um ganho do ponto de vista institucional para a Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Mabel Canto (PSDB); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (PL).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados e a todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia*. Bom, o que ocorreu aqui, hoje, a vinda do Presidente do Tribunal de Contas, achei muito bom que ele tivesse vindo, porém, acho que esta Casa aqui tem que cumprir com o Regimento Interno. Não é possível permitir que alguém fique uma hora falando aqui! E as agendas dos Deputados que temos aqui não valem nada? Quem é que merece respeito nesta Casa? São os Deputados que fazem parte dela, em primeiro lugar. Ora, como alguém fica uma hora falando para explicar quatro perguntas? Gosto, respeito o Presidente do Tribunal, mas não é possível. Estou criticando a Diretoria desta Casa aqui. Não é possível que tenhamos que ficar uma hora esperando aqui uma propaganda do Tribunal de Contas! Ora! E outra: qualquer Parlamentar tem o direito de fazer pergunta. Ou não tem que fiscalizar? E não houve ofensa nenhuma nas perguntas do Homero, nenhuma. E isso foi muito bom, Deputado Homero, que provou que essa tal de... esses computadores são totalmente *hackeados*. É bom que tem uns aqui que acham que não, que o Bolsonaro é louco em falar isso! Está na cara. Foi *hackeado* o Tribunal de Contas do Paraná, que é algo gigante, importantíssimo, que mexe com todos os números do Estado. E ainda tem alguns, não sei nem o termo de falar, alguém que possa desconfiar disso. Queria até saber se o Deputado Requião é a favor ou contra o voto impresso também, porque o pai dele no Senado defendeu e fez uma Lei dizendo que quem não quer transparência quer roubar. Quem quer só urna eletrônica sem o comprovante é porque não quer transparência, não quer evoluir um sistema. Então, essa ladainha que o Tribunal Superior Eleitoral está falando já deu o limite. As urnas são violáveis, sim, todo mundo sabe, como qualquer computador, qualquer sistema de qualquer banco, da ONU, da Nasa. Ora, até quando vão ouvir os *capas-pretas* quererem induzir e nos chamar de

burro falando: *Não, somos invioláveis*. Ah, tenha vergonha na cara! Então, referente ao artigo desta Casa aqui, pelo que me passaram, o art.146 aqui desta Casa que fala de o convidado ter 20 minutos para explicar, e aqui ele teve cinco vezes mais. Acho que vou poder ter um tempo maior aqui hoje, porque tive que justificar a minha indignação com esse tempo dado nesta Casa. Quando é com nós Deputados não passam dois minutos, não pode passar! Temos que ter uma Diretoria que realmente respeite os Parlamentares e defenda os Parlamentares desta Casa, e não defenda outros Poderes. O Poder Legislativo tem que ser respeitado. Bom, outro assunto que tenho aqui a dizer, primeiramente é parabenizar a convenção que agora já determinou que o Presidente Bolsonaro é candidato a Presidente novamente, com o vice General Braga Neto. Uma convenção espetacular foi feita no Maracanãzinho, mostrou a força do Presidente, as pessoas todas de verde e amarelo, patriotas que amam este Brasil, mais de 12 mil pessoas compareceram. Ah, queria lembrar também que o PT fez a convenção. Alguém ouviu falar que o PT fez convenção? Você ouviu, Deputado Homero? Ele fez a convenção em uma salinha pequena de um hotel, onde o Lula não pôde ir porque estava viajando para Pernambuco. Esse que ninguém foi na convenção e de vergonha nem anunciaram, de vergonha, porque falar que vai pôr um “descondenado” como candidato é uma vergonha! Ninguém falou nada, ficaram tudo quietinho e não foi ninguém. E ainda tem pesquisas que dizem que ele está na frente nos votos! Realmente, é *historinha para boi dormir*. Ainda bem que o Presidente... Primeiramente, quero cumprimentar a Primeira-Dama Michele Bolsonaro, que fez um discurso emocionante e sensacional, sempre com a verdade, elevando o nome de Deus em primeiro lugar – tirou lágrimas do Presidente, esse que dizem que é insensível. Aí o Presidente veio e realmente também fez um discurso espetacular, onde o povo brasileiro ficou realmente emocionado e, no final do discurso, ele fez um chamado para o dia 7 de setembro agora, para que o povo compareça às ruas, que será a última chamada dele para o povo ir às ruas. E já imaginamos o que vai acontecer. O Brasil nunca terá um golpe, não! Fiquem tranquilos! O golpe está vindo de outro lugar, de quem usa capa-preta, ou, melhor, a tentativa de golpe, de querer insistir veementemente com urnas totalmente ultrapassadas, onde o mundo inteiro já evoluiu para urnas eletrônicas com o voto impresso, a Argentina já tem até código de barras e o

Brasil, inocentemente, os Sr.^s Fachin, Alexandre de Moraes e Barroso defendem esta urna que só tem no Brasil, em Bangladesh e Butão. Isso é uma vergonha realmente! Lembrando aos Deputados do PT que em 2014 o Lula, o Lula aprovou, sancionou uma lei onde era obrigatória a urna eletrônica com o voto impresso e da mesma maneira o Senador Requião lutou, fez uma lei para isso e disse que quem não quer transparência, evoluir as urnas com mais controle é porque quer fraudar as urnas. O mundo inteiro entendeu isso na explanação que o Presidente sabiamente fez lá no Palácio aos vários embaixadores que ele convidou, mostrou a realidade do Brasil ao mundo. E em três momentos ele pede perdão por ter que fazer isso, porque se ele não faz, o que fica lá fora é o que esta mídia pobre e vendida da *Rede Globo* fica divulgando, o nome do Brasil totalmente errado do que está aqui. Então, o Presidente teve que expor realmente as atividades partidárias do Tribunal Superior Eleitoral e do STF, que se tornaram um partido político contra o Presidente e contra o Brasil, isso qualquer um vê, qualquer um vê, e ainda eles usam de uma palavrinha, atos antidemocráticos. Ora, atos antidemocráticos é desse Supremo, que joga contra o Brasil, que interferiu até quando o Presidente fez um decreto para baixar o valor do IPI, como ocorreu em todos os governos. E ainda querem agora proibir de aumentar o preço do combustível! Ora, isso já passou de todos os limites. O recado foi dado. Teremos eleições? Teremos, mas com transparência. O Exército Brasileiro já falou que não vai abrir mão de fiscalizar urna por urna neste País, e tem que ser feito isso para o bem da democracia, para o bem do povo brasileiro. Queremos que seja eleito quem o povo escolher, não quem as urnas eletrônicas preparadas escolherem. Isso é uma questão realmente de soberania nacional. Vamos nomear o chefe maior da nação e não podemos deixar nas mãos de três pessoas em uma salinha fechada, três capas-pretas, em uma salinha fechada, decidir o futuro de um País rico e próspero, com mais de 210 milhões de habitantes. Não! Não vamos brincar com o futuro do nosso Brasil. Então, a vocês aí que apoiam o “descondenado”, que estão todos contentes: *O Lula já ganhou!* Já ganhou do jeito que está, nestas urnas, mas na hora em que tiver transparência e fiscalização, com certeza será um massacre do Presidente Bolsonaro nas urnas, que vence no primeiro turno. É só ver as manifestações das ruas. Ele esteve aí em vários locais, foi a Minas,

foi ao Nordeste, ao Norte, em todo lugar é multidão! E a pesquisa põe o “descondenado”, que não sai às ruas em lugar nenhum, aonde vai é vaiado, desceu lá em Pernambuco com medo das pessoas, levou vaia e foi chamado de ladrão. Ora, acham que vão enganar 220 milhões de habitantes? Não vão enganar. Ninguém aqui está brincando com o futuro do Brasil, não queremos o nosso País nas mãos de ladrões, de comunistas! Não queremos que o Brasil vire uma Argentina, uma Cuba, uma Venezuela! O povo brasileiro não aceita isso. E o Presidente falou que quem manda é o povo brasileiro, não é meia dúzia, 10 ou 11 capas-pretas e mais uma cambada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Ricardo Arruda, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Uma hora também, Presidente, é normal nesta Casa ter mais tempo agora. Mas, tudo bem, acho que o recado foi dado nessa bela convenção do PL, que com certeza será o maior partido do nosso País e com certeza teremos as eleições limpas, transparentes e seguras, queira ou não queira o TSE. Assim será, porque quem manda é o povo e temos o apoio do Presidente, das Forças Armadas e tudo o que a Constituição Federal nos permite. O Presidente sempre agiu e disse: *Vou agir dentro das quatro linhas da Constituição Federal*. Lamentavelmente, o nosso STF não age nas quatro linhas, ao contrário, rasga a Constituição Federal todo dia e faz a lambança que quer. Encerro por aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença em nossa Casa do Vereador Silvio Mecânico, de São José dos Pinhais, por solicitação do Deputado Francisco Bühner. Obrigado pela presença. Com a palavra, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Presidente, antes de iniciar minha fala, queria fazer uma questão de ordem. Vi aqui nas redes sociais e também no andamento da Casa, neste início de Sessão, que parece que foi entregue um Título de Cidadão Honorário hoje aqui nesta Casa, contrariando uma determinação que havia sido feita pela Mesa. Queria confirmar se isso aconteceu, se foi dentro desta Casa, se foi fora, mas, de qualquer maneira, se

isso aconteceu, acho que é um desrespeito com os Deputados que aqui estão. Não tenho nada contra o homenageado, não tenho nada contra o Deputado proponente, mas, por exemplo, eu tinha um título para entregar aqui no dia 15 que foi cancelado. Acho que é um desrespeito comigo e com o homenageado que iria receber o título aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Mabel, vou me informar. Não tenho conhecimento desse fato, mas vamos, por meio da assessoria, não sei se o Deputado Traiano poderia dar a resposta...

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Pois não.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Deputada Mabel, não foi entregue título de cidadania honorária aqui na Casa ao Ex-Juiz Sérgio Moro. Pelo menos a esta Presidência havia sido anunciada a presença dele para receber título aqui, acordei isso com o Deputado Plauto, em respeito ao período eleitoral, até porque era uma determinação desta Presidência, que não iríamos permitir a entrega de Título de Cidadania Honorária aqui na Casa. Portanto, o que ele fez foi uma visita institucional, ao nosso gabinete e ao gabinete do Deputado Romanelli, mas o título não foi entregue aqui na Casa.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Mas é o que ele publicou, Presidente. Está nas redes sociais dele.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): A publicação não é da nossa responsabilidade, mas aqui não houve a entrega.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só acho que, não é, precisamos, então, esclarecer os fatos, porque se foi dito, não tem *dois pesos e duas medidas*, penso eu, pelo menos, assim.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Partido dos Trabalhadores vai acionar, judicialmente, se caso ocorreu à entrega aqui, ou se está feita nas redes, porque isso é uso da máquina pública, como período pré-eleitoral. Não estou falando da publicação e caso tenha ocorrido, vamos tomar providências legais. Já basta não ter o Título no Paraná, ser candidato por São Paulo e, agora, usando a máquina do Estado, da Assembleia do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, o Deputado Traiano acho que já respondeu essa questão de ordem, que realmente não foi entregue aqui pela Casa, nem pela Presidência, a questão do título para o Ex-Juiz Sérgio Moro. Tem a palavra, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só quero esclarecer que não tenho nada contra o Ex-Juiz, não tenho nada contra. Não tenho nada contra o proponente. Mas só gosto de ter o respeito e estar em *pé de igualdade*. Só isso. Mas o que me traz realmente a esta tribuna hoje aqui, mais uma vez, infelizmente, e acho que até estou braba por causa disso, é que mais uma vez lá em Ponta Grossa um paciente morreu esperando um leito, esperando transferência. Não é o primeiro, não é o segundo, não é o terceiro e, provavelmente, não será o último, porque as medidas não estão sendo tomadas pelo Estado. O Ademir Godói de Oliveira, 71 anos, 18 dias aguardando por um leito, caso grave e ficou lá na UPA Santana esperando, esperando e esperando. Mas a vida tem horas que não espera, a morte chegou antes do leito. Mais de 100 mortes em Ponta Grossa na UPA, muitas delas pela falta de leitos, pela falta de transferência. Confesso que estou cansada de vir a esta tribuna falar sobre isso, porque enquanto vejo festas do Governo, quando vejo o *povo* gastando 170 milhões em publicidade, as pessoas estão morrendo sem a chance de lutar pela vida delas. Já tinha falado aqui esses dias sobre alguns casos de pacientes que estavam esperando leito. Nesse dia que falei, citei um paciente que fazia 10 dias que estava esperando um leito. Falei aqui desta tribuna e, no final da tarde, ele faleceu também. Sabem o que parece? Que ninguém não está nem aí. A Sesa não está nem aí. O que acontece? Depois que o Secretário Beto Preto saiu, mudou alguma coisa? Quantas famílias terão que chorar, Deputada Cristina, para que alguém faça alguma

coisa neste Estado, na saúde? Sei que não é exclusivo de Ponta Grossa. Sei que Guarapuava tem problemas também. Outras regiões do Estado também. Era o pai de alguém, o filho de alguém, era o amor de alguém, mas parece que são números só, porque ninguém resolve nada! Só propagam mentiras. Esses dias falaram que iria ter mais 60 leitos lá no Hospital Regional. Fizeram um vídeo, enganaram a população, porque não anunciaram nada. Não se efetivou nada e o povo esperando e esperando. Por exemplo, CPI da Saúde em Ponta Grossa, na Câmara Municipal, Deputado Requião Filho, está mostrando o horror que vemos todos os dias, mostrando os culpados, que já sabemos quem são. Para vocês terem uma ideia, as duas UPAs de Ponta Grossa não têm licença sanitária. Fecharam o nosso Pronto-Socorro Municipal, que era o Hospital Municipal Amadeu Puppi, que há mais de 30 anos, com dificuldade, mas cuidava do povo, fazia cirurgias, tinha lá mais de 50 leitos que de uma hora para outra foram fechados e ninguém fez mais nada para cobrir os leitos. O chefe da vigilância sanitária, em depoimento na CPI, falou que tinha que interditar o centro cirúrgico e interditou o centro cirúrgico. Mas que era só o centro cirúrgico e que não precisava fechar o pronto-socorro. Sabem quanto é para fazer a reforma desse telhado do centro cirúrgico? São R\$ 200 mil, não é nada dentro dos recursos que o município pode disponibilizar. Mas, segundo a Prefeita, quando ela disse logo que fechou, que ela fechou o pronto-socorro, ela disse que ia ter que demolir o pronto-socorro, porque não tinha mais o que fazer. Na verdade são só R\$ 200 mil para arrumar o telhado. Mas para gastar dinheiro em publicidade, R\$ 7 milhões, para a imprensa ficar falando bem e principalmente não falar dos problemas que acontecem, aí tem dinheiro. É igual aqui no Estado, dinheiro para publicidade tem, mas para arrumar os profissionais e os leitos que o nosso povo está precisando, não sei, parece que não tem. *Ah, mas fizemos isso, fizemos aquilo, fizemos isso.* Não está sendo suficiente. E temos que proporcionar o mínimo para a população. O que é o mínimo? É um leito para eles lutarem pela vida. Talvez, essas pessoas, realmente, pelo estado crítico delas, seja difícil sobreviverem. Mas não é jogada dentro de uma UPA, não é morrer jogado dentro de uma UPA, tem que ir para um hospital especializado, que trate, que faça o tratamento do que eles precisam. A inércia do Estado é assustadora. São vidas. Vidas! Olhem, confesso que estou perdendo a esperança, diante de tudo o que está

acontecendo. Todo dia recebo mensagens, ligações, de famílias desesperadas. Teve um paciente que ficou 31 dias na UPA aguardando transferência. Trinta e um dias! Amanhã, lá em Ponta Grossa, é o Dia da Nossa Padroeira Santana, Padroeira de Ponta Grossa e de Castro. Acho que no final das contas vamos ter que pedir proteção para a Nossa Senhora Santana, para a nossa cidade, para o povo da nossa cidade, porque de resto ninguém está fazendo nada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, só um esclarecimento. Conversando com o Deputado Traiano e vendo o *Instagram* do Ex-Juiz Sérgio *Morto*, vimos que ele realmente publicou, Deputado Traiano, mas é porque ele tem plena convicção, mas nenhuma prova de que ele recebeu o título hoje aqui na Assembleia.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Deputado Requião, se o título foi entregue em alguma sala fora da Assembleia, esta Presidência não tem responsabilidade.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Primeiro, quero fazer aqui, Sr. Presidente, uma referência à coletiva que foi dada na última semana, pelos Promotores, Deputado Marcel, que acompanham o caso de Foz do Iguaçu. Aí, como já foi dito pelo Deputado Homero, inclusive, acredito que a Comissão que foi constituída, aqui, Deputado Homero, realmente já cumpriu o seu papel, que foi acompanhar o início das investigações, vamos continuar acompanhando. Mas aquilo que os Promotores colocaram foi muito do que, inclusive, conversamos e longe, longe de nós, o Deputado Delegado Jacovós não está aqui, mas acredito que ele irá referendar isso que estou colocando, falando, e também a Doutora Taís, longe de dizermos que tivemos algum tipo de influência, mas ponderamos aos dois Promotores, Doutor Mafra e o Doutor Tiago, que era uma surpresa para todos nós a polícia ter feito o encerramento do seu inquérito inicial, das suas investigações iniciais, primeiro, sem ter ouvido algumas das testemunhas que foram sugeridas pelo defensor da família do Marcelo Arruda. Segundo, não ter

o laudo de balística, concluído sem o laudo de balística. Terceiro, ter concluído sem que houvesse ainda o telefone do Sr. Jorge ter sido iniciado o processo, Deputado Requião, de identificação das mensagens que estavam no telefone. E o que mais me surpreendeu, e essas situações foram colocadas pelo Ministério Público, e acho que de forma correta, mas o que mais me surpreendeu. Tivemos a visita aqui do Delegado-Geral, pessoa extremamente educada, esteve conosco naquela semana também aqui na segunda-feira, aliás, na quarta-feira, Deputado Requião estava junto, quarta-feira se não estiver enganado, foi muito cortês conosco, mas, mas, não soube, Deputada Mabel, dizer-nos o que aconteceu para que a Delegada responsável pelo caso em Foz do Iguaçu informasse o óbito do Jorge Guaranhos às 7 horas da manhã, que teria ocorrido às 2 horas da madrugada. Então, estamos falando de cinco horas de diferença. E depois de passar isso para o mundo inteiro, porque ele é um caso que chama a atenção do Brasil e é também um caso que chama a atenção fora do Brasil, às 16 horas a mesma Delegada diz que não, que o Sr. Jorge Guaranhos estava vivo. Aliás, já está fora da UTI, espero que se reestabeleça e que pague, se for assim o entendimento do Judiciário, pelo crime que cometeu. Em nenhum momento acho que essa pessoa deve, ou deveria, perder a vida como muitos falaram, ao contrário, deve se reestabelecer, está muito claro que isso irá acontecer, já saiu da fase mais crítica, saiu da UTI, mas em nenhum momento ninguém explicou. E aí, Professor Tercílio, aproveito que o senhor preside a Sessão, o senhor que é médico, assim como o Doutor Batista também, são médicos aqui, como que pode uma Delegada responsável por um inquérito acusar o hospital? É uma acusação gravíssima, acusar o hospital de ter sido responsável por dar a informação falsa. Quando perguntamos à Delegada, e aqui o Deputado Requião ouviu, foi a mesma acusação? “Não, alguém ligou para lá, para o hospital, e perguntou: E daí, o Jorge? Ah, também foi a óbito”. Perguntamos à Delegada: “Mas quem ligou?” “Ah, não sei, ligaram para lá e na correria alguém respondeu”. Alguém quem? Quer dizer, ligo para quem está passando na rua, Deputada Mabel: “Escuta, como é que está o Jorge? Ah, morreu. Ah, obrigado!” E divulgo para todo mundo que o Jorge foi a óbito. Isso terá responsabilização, porque esse tipo de informação, se não foi, e não estou dizendo que tenha ocorrido por má-fé, ou para proteger o Jorge, ou porque

disseram tanto para a Taís como para mim, também para o Delegado Jacovós, que havia uma informação na cidade que algumas pessoas iriam até lá no sentido de ter um processo de violência contra o Jorge, até porque o Depen Nacional também estava lá, mas o que falou o diretor do hospital, o que falou o seu diretor jurídico e o que falou a assessoria de comunicação, olha, isso é impossível de ter acontecido, porque o Jorge estava acompanhado da sua família o tempo todo, a sua família o acompanhou o tempo todo, mais do que a sua família, o Depen Nacional acompanhou o tempo todo. Jamais poderíamos dar uma informação como essa. Então, pergunto-me: a irresponsabilidade de quem fez esse inquérito será apurada? Aqui a Secretaria da Segurança Pública irá apurar a responsabilidade de quem deu? Ou vai ficar assim? Não, foi só, dito assim, Deputado Ademar Traiano, a teve, que não aconteça isso com o Deputado Ademar Traiano, teve uma parada cardíaca hoje e foi a óbito. Aí todo mundo vai atrás, Deputado Traiano, e lá pelas 4 horas da tarde o senhor ressuscita.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Cuidado, Deputado Tadeu, porque o pessoal está ouvindo aí e vão entender que o Traiano já foi.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não, mas é melhor saber que o senhor está vivo, e bem vivo, a não ser que a Delegada faça qualquer intervenção, que daí ela pode colocar algo errado. E encerro dizendo que já vi pessoas chegarem vivas no hospital e virem a óbito. Agora, pessoas chegarem a óbito e depois ressuscitarem é a primeira vez. Então, temos que cobrar, porque esse inquérito ainda vai dar muito o que falar, vai dar muito o que falar. Acho e acredito, isso também já foi dito pelo próprio Ministério Público, o processo foi reaberto, foi reaberto a pedido do Ministério Público, a autoridade policial está refazendo, algumas das afirmações estão sendo repensadas, revistas. Agora, não é possível que tenhamos um inquérito da gravidade que é este com afirmações da forma como foram feitas e concluídas sem que tivéssemos tido todas, absolutamente todas que é necessário, as investigações como prevê inclusive o código penal. Quero também, Sr. Presidente, fazer só uma referência aqui, falar com o Deputado Lemos, hoje é o *Dia da Agricultura Familiar*. A agricultura familiar é extremamente ampla, Deputado Lemos. Para

aqueles que veem na *Globo*, ou assistem às vezes à *Globo*, porque a *Globo* gosta de colocar que o *Agro é tech*, o *Agro é pop*, o *Agro é tudo*, o agro produz nem 10% dos empregos no campo que são produzidos pela agricultura familiar. O agro, dito como grande produtor, consome a maior quantidade de veneno do mundo no Brasil e tem feito com que áreas enormes de florestas sejam derrubadas e sejam colocadas para pasto ou para plantação de *commodities*, e obviamente que isso não se refere a todo o agro, mas a parte dele que se identifica como agro tem feito isso. E temos um grande respeito por aquele produtor rural que ele e sua família muitas vezes levantam de madrugada para produzir o frango, que são os maiores produtores de frango, para produzir ovos, são os maiores produtores de ovos do Brasil, são os maiores produtores de arroz, de feijão, de batata, de frutas, de hortaliças, produzem parte significativa do milho no Brasil, e muitas vezes não têm sequer, como não terão este ano, um Pronaf à altura do que precisam. Não tem tecnologia, porque a Ater, que deveria fazer essa tecnologia, Deputado Lemos, hoje não temos mais a Ater para acompanhar nem os assentados, que dirá os acampados, nem muitas vezes o pequeno produtor rural. Então, o Paraná deve, Deputado Marcel, que é de uma região produtora, o Paraná deve muito ao produtor rural, mas deve muito ao pequeno produtor rural, deve muito. Estive em Mallet essa semana e vi um pequeno produtor rural, o maior produtor de frutas de toda a região, mas ele, a sua mulher, o seu irmão, a sua cunhada, o seu pai e a sua mãe, levantam às 4 horas da manhã todos os dias para produzir maçã, pêssago, morango, ovos, um pouquinho de leite, todos os dias, sábado, domingo, Natal, feriado, às 4 horas da manhã, às 5 horas da manhã as pessoas estão trabalhando. E aí quando vem o crédito agrícola, que foi tão falado agora do Plano Safra, não conseguem pegar, Deputado Nelson, financiamento no banco, porque no Pronaf passado, quando quebrou a safra de milho e quando depois veio primeiro a seca e depois a geada, as pessoas não conseguiram fazer o pagamento das suas dívidas junto ao banco. Entretanto, os grandes produtores, esses que dizem que é *pop*, que é *tech*, conseguem fazer com que 90% praticamente do crédito agrícola venham para as suas mãos. E aqui quero fazer também um registro. Hoje alguns falaram, Deputada Mabel perguntou sobre um homenageado aqui na Assembleia. Ainda bem que não foi feito aqui, e nem poderia, Deputada Mabel, porque já havia a

decisão de não fazê-lo, mas é bom sempre lembrar que este homenageado que tanto, para concluir, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Esse homenageado que tantas vezes se falou, é aquele que fez com que tivéssemos a prisão de 13, 13 agricultores, naquela operação que ficou conhecida como *Agro-Fantasma*. O senhor Sérgio Moro determinou a prisão de todos eles, determinou que fossem recolhidos os iates, os carros de luxo. E aí um policial federal pergunta para o outro: *Mas aonde é que tem iates se aqui não tem nem rio? Aonde tem carro de luxo se o homem está tirando leite de vaca com os pés no barro?* O senhor Sérgio Moro manteve essas presas durante 60, 90 dias. Pior, o Sr. Sérgio Moro não foi capaz de pedir desculpas, nem ele, nem ninguém, quando, depois de seis anos, os tribunais superiores absolveram todas as pessoas, todas, por absoluta falta de provas. Esse é o Sr. Sérgio Moro, que a Assembleia Legislativa está homenageando. Uma pessoa que perseguiu os pequenos, que fez louros aos grandes e que hoje, talvez, esteja por aí buscando um espaço para ser reconhecido. Afinal, tem como candidato ao senado que fazer isso mesmo. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, *pela ordem*, posso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Olha, com muita tristeza, no sábado agora, deixou-nos um servidor da Prefeitura de Curitiba íntegro, trabalhador, competente, um dos profissionais, um dos quadros mais importantes da nossa Prefeitura, jovem ainda, com 53 anos, que é o José Machado Filho, o Zé. Trabalhava na equipe do Jamura, ali no urbanismo, com muita competência. Quero aqui fazer esse registro. Vamos fazer esse voto de pesar, quero encaminhar depois para sua esposa, filhos, família. Ele deixa uma legião de

amigos e um legado de um servidor público que soube exercer na plenitude a sua função. Tive o prazer de ser amigo do Zé. Um abraço. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde a V.Ex.^a, a cada Deputado e Deputada aqui presente e ao público que interage conosco. Os últimos dias foram dias importantes para o Brasil e também para o Paraná. Na quinta-feira o PT, com a Federação o Brasil da Esperança, composta por oito partidos, lançou a chapa Lula/Alckmin. Uma chapa que congrega ideias diferentes em prol da construção, ou melhor, da reconstrução do Brasil. Uma chapa extremamente necessária para enfrentar o ódio, para enfrentar a violência. Uma chapa que trata da política como instrumento de transformação democrática. União de forças democráticas para derrotar a intolerância. União de forças democráticas para derrotar o bolsonarismo. Derrotar o bolsonarismo significa recuperar o ambiente saudável da discussão política. Derrotar o bolsonarismo significa restabelecer a estabilidade política institucional, o respeito aos Poderes. Reconstruir o Brasil não tem outra forma sem derrotar o bolsonarismo. A normalidade democrática exige isso. A nossa vontade política dos partidos que compõem essa federação, dos movimentos sociais amplos que compõem essa federação e das pessoas envolvidas requerem que essa vontade política seja transformada em prática social pela cultura da paz e do respeito. Vamos juntos e juntas, pelo Brasil, com Lula e Alckmin para lutar por moradia, emprego, paz e comida. Deputado Tadeu.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado. Só me permite um aparte. Cumprimentá-lo pelo registro, Deputado, e não poderia ser um dia mais apropriado. Um dia que, no dia seguinte, o Banco BTG, que o Sr. Paulo Guedes é ou foi um dos proprietários, publica banco, não estamos falando para alguns que gostam de desqualificar agência essa, agência aquela, instituto de um banco que é feito para balizar investimentos de banqueiros. Se tem alguém que não perde dinheiro neste País esse alguém é banco, é banco e banqueiro. E o que diz a pesquisa do BTG, do Sr. Paulo Guedes? Lula abre 13 pontos sobre Bolsonaro. Sei que o choro é livre e que está acontecendo. Treze pontos. Nenhum candidato, nesta época, abriu tanto quanto Lula abre

sobre Jair Bolsonaro. E, obviamente, é muito por conta disso que o senhor coloca. A esperança e a alegria vão voltar a este País. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Agradeço o aparte, Deputado Tadeu. Lula é o primeiro candidato da história do País de uma federação. E o termo federação significa amplitude. Significa encontro daqueles que têm o mesmo objetivo em comum, libertar o Brasil. Libertar o Brasil, devolver o sorriso ao povo brasileiro, a esperança e o sono, para aqueles que não conseguem dormir, seja pela violência, seja pela falta de comida, seja pelo desemprego ou pelo desalento. O nosso compromisso é com o povo brasileiro. O nosso compromisso não é com a agenda do mercado financeiro. Lula e Alckmin, Alckmin e Lula têm um objetivo, o social, o econômico, mas, mais do que isso, a pessoa. Todas as propostas colocadas garantem à população o restabelecimento da alegria. Precisamos, mais do que nunca, colocar a educação como pauta prioritária. E educação pública de qualidade. A saúde pública descentralizada e acessível. A reafirmação do processo da pesquisa e do resultado científico como instrumento de melhoria da vida humana. Um equilíbrio entre a tratativa de políticas na agricultura, entre o agronegócio e também a agricultura familiar e também entre o meio ambiente. Chegou a hora de colocarmos de novo o Brasil no seu leito normal. Retirarmos o ódio como ferramenta eleitoral. A convenção promovida e debatida por esses partidos traz propostas. A nossa convenção não foi lá agredir o STF. A nossa convenção não foi lá chamar o povo para 7 de setembro, no ano que completa o bicentenário de Independência do Brasil. Convocar o povo brasileiro para deflagrar uma rebelião, caso não se tenha um processo eleitoral que aquele inominável que está na cadeira de Presidente da República julgue desfavorável. É um desrespeito. Um movimento que, semana passada, foi iniciado em uma convocação de embaixadores para levar o Brasil à lata do lixo. É essa a imagem do Brasil lá fora, por ter uma pessoa incomunicável, uma pessoa que não tem habilidade, mas, mais do que isso, uma pessoa que usa o nome de Deus em vão. Uma pessoa que não cansa de falar de Deus pela boca, mas não tem no coração, ou não tem na sua mente. O Brasil não precisa passar por isso. O Brasil dá sinais claros de que isso não é mais possível. Se ele quer entrar para a história, entrará para a história. O único Presidente da

República a não ser reeleito, pois o descontentamento e o desalento do povo brasileiro não vai permitir isso. Por fim, Presidente, no último sábado foi feita também a convenção aqui no Estado do Paraná da coligação o Brasil pela Esperança aqui no Estado do Paraná, onde coloca o nome do Ex-Governador Roberto Requião como pré-candidato, ainda, pois o registro oficial como candidato se dá após o registro eleitoral, para Governador do Estado do Paraná, com o Jorge Samek, Ex-Deputado Federal, Ex-Diretor da Itaipu, como vice. E, mais do que isso, com uma chapa completa de Deputados Estaduais, Deputados Federais e ainda uma discussão para o Senado. Uma discussão que pode trazer outros partidos políticos e candidatos de outras vertentes que estão em discussão conosco. Mas, mais do que isso, um projeto alicerçado na realidade. Um projeto alicerçado no dia a dia das pessoas. Um projeto que entende muito bem para que serve e qual a finalidade da instituição pública da universidades. Um projeto que quer uma saúde pública espalhada pelo Estado, que gaste na saúde o que realmente o povo precisa e não só cumpra a meta fiscal. Um projeto que não precarize a educação, ou melhor, não faça negócio com a educação no setor privado. Traga o espírito de construção coletiva do senso crítico em nossas escolas, que valoriza o servidor, que invista, de verdade, em segurança pública. E que retome a função social da Copel, da Sanepar, empresas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social e que cobrem tarifas justas que caibam no bolso do empresário, do trabalhador, do agricultor, do povo paranaense, e trate a questão do pedágio como uma coisa séria. Que não saia com discurso fantasioso, que trate a importância desse tema no momento certo que é estendermos um diálogo franco sobre isso e contarmos o projeto nefasto que está sendo trazido pelo Governo Federal às rodovias do Estado. Precisamos reconstruir o Paraná. O Paraná se tornou o Estado mais desigual do Sul do País: 13% a menos na renda do povo paranaense por falta de investimento do setor público porque o dinheiro do setor público está sendo conduzido para benefícios fiscais – sabe Deus para quem e para quantos, ao todo! Benefícios que não se reverteram em emprego de forma cientificamente comprovada. O discurso e a propaganda falam que esses 17 bilhões renunciados promoveram uma transformação, enquanto o número de empregos do Estado do Paraná não são verdadeiros, não são verdadeiros! Volto a falar: não são verdadeiros! Números que transformam ex-

carteiras assinadas em CNPJs que são contados como novas empresas. Mudança no mecanismo de aferição de número de empregos gerados. O Paraná passa por um momento em que o Governo quer criar uma realidade virtual, para se sobrepor à realidade social. Acho que o debate, Deputado Maurício Requião, nesta próxima eleição, será isso: o dia a dia, a pele, o sentimento, o coração, a fome, o desemprego. Coisa que tocam... Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Coisas que tocam as pessoas, que as pessoas realmente sintam quanto à fantasia. Deputada Mabel, pouquinho antes de mim aqui, relatava a propaganda e a realidade, colocando a questão da saúde de Ponta Grossa. É isso mesmo, Deputada Mabel, há um Governo de aparência; não tem essência e por isso o povo paranaense quer, sim, uma opção que traga um misto de políticas públicas do passado que deram certo e do que precisa ser corrigido por uma nova realidade. E essa nova realidade não significa ter idade nova, não significa ser jovens contabilizando janeiros; significa ser jovem de estar dia a dia se autoafirmando, autoavaliando e entendendo o que o povo paranaense precisa. Por isso, Requião e Samec são a melhor opção para o Paraná neste momento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e Deputadas. Vejo que estamos vivendo essa importante passagem que são as eleições, para que possamos fazer as reflexões tão necessárias com a nossa população paranaense. Quero também parabenizar, hoje é o *Dia da Agricultura Familiar*, eu que defendo também nossos produtores rurais, trabalhadores rurais, convivo diariamente com essa classe, classe que tem feito importantes contribuições com o povo paranaense, brasileiro. Grande parte da agricultura do Estado do Paraná é feita pelas mãos dos nossos trabalhadores rurais, da agricultura familiar, e aqui preciso mostrar um pouco da realidade do agro que talvez alguns Deputados que vêm aqui, à tribuna, não entendem bem a agricultura do Estado do Paraná. *O agro é pop, o agro é tech,*

o agro é a agricultura familiar. Alguns que não conhecem a realidade do homem do campo, como já disse muitas vezes, precisa colocar uma botina no pé e caminhar esse Estado. Grande parte das nossas cooperativas é de agricultores, pequenos produtores, não são de produtores grandes como alguns vêm aqui tentar dizer. É só ir à Cooperativa Copacol, à Cooperativa Copagril, Primato – o Deputado Lemos conhece a nossa região –, são de pequenos produtores, grande parte da agricultura familiar, que precisam de uma cooperativa para poder ter o seu espaço, a sua renda, a sua assistência técnica para poder produzir com qualidade. E alguns Deputados, aqui, não conhecem essa realidade. Praticamente todas as nossas cooperativas do Estado do Paraná são de pequenos produtores, que, juntamente, fazem esse grande associativismo, gerando tanta riqueza, tanto trabalho e condições de melhorias para seus familiares que trabalham nessas cooperativas e levam renda para todos os municípios do Estado do Paraná. Então, quero dizer que não concordo com a fala de algum Deputado que não conhece a realidade do homem do campo, da agricultura familiar e que todas essas cooperativas estão de portas abertas para mostrar a realidade do dia a dia. São os pequenos produtores que fazem essa fortaleza do cooperativismo e o associativismo do nosso Estado, que tem gerado emprego, que vem gerando renda, distribuição de renda para todas as famílias desses agricultores. Então, quero mais uma vez salientar, parabenizar os nossos agricultores, pequenos produtores da nossa agricultura familiar que fazem essa grande transformação de riqueza e de alimentar o povo do Brasil e do mundo e que alguns, talvez, não tenham esse entendimento que o nosso cooperativismo, as grandes empresas que temos do agro são formadas por pequenos produtores. Ao ponto que semana passada tivemos lá, no Oeste do Paraná, o *Programa do Oeste em Desenvolvimento*, onde toda a sociedade civil organizada, com o nosso cooperativismo, está nos oferecendo, tem mais emprego do que mão de obra. Para vocês terem uma ideia da potência, da verticalização que o nosso agro vem fazendo e ajudando tanto a nossa região Oeste do Paraná. Falta gente para trabalhar, porque temos disponibilidade de emprego e estamos passando por essa dificuldade. Dizer a todos vocês da importância dos nossos pequenos agricultores, desse associativismo forte que temos e que gera tanta oportunidade, ao ponto que temos lá quase 10 mil vagas de empregos e

faltando gente para que possamos continuar potencializando ainda mais a nossa agricultura familiar, nosso produtor rural e as nossas cooperativas. Quero também dizer que estivemos em Marechal Cândido Rondon acompanhando o Governador Ratinho Junior, com várias lideranças – 62 anos de emancipação política do município de Marechal Cândido Rondon. Uma festividade fantástica, o boi no rolete. Mais uma vez uma demonstração de que o nosso agro é forte, o nosso agro é *pop*, o nosso agro gera riqueza e Marechal Cândido Rondon dando uma grande demonstração do seu tradicionalismo, com a nossa Cooperativa Copagril, de pequenos produtores. Foi uma festividade grandiosa. O Governador esteve lá, com várias lideranças, apoiando o desenvolvimento da nossa região e que cada vez mais vemos que o setor produtivo está consciente de que o Paraná precisa continuar andando para frente. Tem segurança jurídica, tem um Governo que olha com muita responsabilidade para o tema da agricultura e que com certeza os grandes investimentos, que são fortalecidos pelos pequenos produtores, têm dado certo. O nosso Oeste do Paraná tem dado essa grande demonstração e o Governo do Estado tem tirado da gaveta obras estruturantes, importantes, para que possamos continuar gerando oportunidades ao pequeno produtor rural que faz a piscicultura, o leite, o frango, o porco/suíno, para continuar crescendo e avançando. Então quero também desejar todo sucesso ao povo de Marechal Cândido Rondon que teve uma receptividade muito gostosa com todas as lideranças. Mais uma vez vemos que o Estado do Paraná está no caminho certo. O Paraná tem gerado – e não sei da onde são os números que vi, aqui, do nosso Líder da Oposição – o Paraná tem batido recordes de empregabilidade, demonstração de que o Paraná tem feito a sua lição de casa, que tem uma economia pujante, um agro forte, uma industrialização também que tem segurança jurídica e que tem um Governo que ouve, que escuta e que tem dado as oportunidades para que possamos continuar avançando. Aqui, desejar mais uma vez todo sucesso para os nossos pequenos produtores rurais, à nossa agricultura familiar e que têm todo respeito do nosso Governo do Estado. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Solicito ao 1.º Secretário que faça a leitura de duas Mensagens que acabam de chegar aqui à Mesa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, o Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior, encaminha a esta Casa de Leis a Mensagem n.º 61/2022, Projeto de Lei (autuado sob o n.º 353/2022) que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Nos termos do art. 65, 66 e 135, V, todos da Constituição do Estado do Paraná, submeto à deliberação de V.Ex.^{as} o texto do Projeto de Lei que solicita a aprovação da abertura de crédito especial no valor de R\$ 10 milhões ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Trata-se de medida que possui como finalidade a criação do Grupo Fonte 15, operações de crédito do Tesouro do Projeto 5014, investimentos para segurança pública, para atender às despesas com a implantação de salas de videomonitoramento do *Projeto Avança Paraná, Projeto Olho Vivo*, da Sesp. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, o Governador, em razão da importância da matéria e da necessidade de movimentação orçamentária para o atendimento às demandas da pasta, requer regime de urgência para este Projeto de Lei, com fundamento no art. 66, § 1.º da Constituição do Estado do Paraná. Também, Sr. Presidente, Mensagem n.º 60/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 352/2022) que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Também invocando os artigos constitucionais 65, 66, 135, V, submete à deliberação desta Casa de Leis Projeto de Lei que solicita a aprovação de abertura de crédito especial, no valor de R\$ 159 mil e 600, ao vigente orçamento da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Trata-se de medida que possui como finalidade a criação da atividade 6.314, a aplicação de recursos em Ciência e Tecnologia, Fundo Paraná, UEL, cujo objetivo é atender às despesas com a aquisição de dois equipamentos importados, cujo objeto é o desenvolvimento de maturidade tecnológica de um biofungicida microbiano. Da mesma forma, Sr. Presidente, demonstrando a importância do referido tema, ele requer que seja apreciado em regime de

urgência este Projeto de Lei, com fundamento no art. 66, § 1.º, da Constituição do Estado do Paraná. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (52 Parlamentares); Deputado ausente sem justificativa: Jonas Guimarães (PSD) (1 Parlamentar); Deputado ausente com justificativa: Elio Rusch (UNIÃO), conforme art. 97, § 3.º Inciso IV do Regimento Interno (1 Parlamentar).]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 345/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que cria no âmbito do Estado do Paraná a Bolsa Agro Estudantil, destinada aos alunos da rede estadual de educação profissional agrícola e florestal do Paraná, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 346/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Atuação Voluntária, localizada no município de São José dos Pinhais; **Autuado sob o n.º 347/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Clementino de Sousa Filho; **Autuado sob o n.º 348/2022**, do Deputado Ademar Traiano, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Cilla Tech Park, com sede no município de Guarapuava; **Autuado sob o n.º 349/2022**, do Deputado Anibelli Neto, que institui a Semana Estadual de Prevenção de Afogamentos; **Autuado sob o n.º 350/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, que dispõe sobre a garantia de prioridade de tramitação dos procedimentos investigatórios que visem à apuração e responsabilização de crimes dolosos e culposos com resultado morte, inclusive na modalidade tentada, que tenham como vítimas crianças, adolescentes e mulheres, no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 351/2022**, do Deputado Michele Caputo, que concede o Título de Utilidade Pública à Federação Paranaense das Associações de Síndrome de Down.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos cinco Redações Finais. Votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 410/2019, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui o Dia Estadual da Mulher Cristã, a ser comemorado anualmente no primeiro domingo do mês de março.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 184/2020, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que obriga os fabricantes de baterias automotivas, situados no Estado do Paraná, a incluírem indicador de carga nas baterias a serem comercializadas.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 413/2020, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que assegura que percentual das vagas destinadas ao exercício da função de piloto de aeronaves operadas pela polícia militar e pelo corpo de bombeiros do Paraná seja preenchido por praças.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 662/2021, de autoria da Deputada Cristina Silvestri e do Deputado Professor Lemos, que altera a Lei 20.234, de 4 de junho de 2020, que institui a Campanha Estadual 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 105/2022, de autoria dos Deputados Gugu Bueno e Guto Silva, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Tigre Guerreiro de Artes Marciais, com sede no município de Diamante d'Oeste.

Deputados que apoiam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 6 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 504/2021, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui no Estado do Paraná o Dia da Conscientização sobre a Síndrome de Edwards (T18). Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral aprovado em 2.ª Discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Guto, Marcio Nunes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Ricardo Arruda e Tercílio Turini. Deputado Mauro? Ok. Deputado Nelson. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus e Ricardo Arruda (7 Deputados).] Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 351/2019, de autoria da Deputada Mabel Canto, que obriga as concessionárias prestadoras de serviços de telecomunicação a dispensar o usuário do pagamento de multa fidelidade quando a rescisão contratual se der em razão da perda de vínculo empregatício e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Emenda da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim” ao Projeto da Mabel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cristina Silvestri e Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Meu voto é “*sim*”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Deputada Cristina, voto “*sim*”? Ok. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins e Tadeu Veneri (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 351/2019.**

Vamos submeter ao voto a emenda. Em discussão a emenda. Em discussão a emenda. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, o Tadeu precisa da ajuda dos universitários aqui com o *laptop*.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Voto “*sim*”, Sr. Presidente, conforme orientação do Líder. Dentro de três anos vamos resolver isso aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, acho que V.Ex.^a deve estar com dificuldade com o seu dedão de tanto cumprimentar o povo no interior.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Vou chamar o Neto aqui. Ele dá um jeito já nisso aí.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Gilson de Souza, Homero Marchese, Michele Caputo, Nereu Moura, Plauto Miró? Deputado Plauto, vota “*sim*”? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); Não Votaram:* Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Plauto Miró (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda. Quarenta e sete votos, com o voto do Deputado Plauto. Está aprovada a emenda.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 656/2020, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Arilson Chiorato, Luiz Claudio Romanelli, Requião Filho e Tadeu Veneri, que altera a Lei n.º 12.342, de 24 de setembro de 1998, que institui o Dia do Agente Penitenciário. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PSD): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, vamos votar. Deputada Cantora Mara Lima, Boca Aberta, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Francisco Bühner, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Plauto Miró e Ricardo Arruda.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, enquanto a votação está ocorrendo, só queria fazer um registro. Não estava no Plenário, mas foi levantada alguma questão com relação à entrega do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Ex-Juiz Sérgio Moro. Não foi entregue, Sr. Presidente, de acordo com aquilo que foi tratado e firmado com a Mesa Executiva. Ele recebeu o título fora da Assembleia. Ele é um cidadão benemérito do Estado do Paraná. Aqui dentro ele não recebeu o título. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Elio Rusch, Evandro Araújo, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Plauto Miró (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 656/2020.**

Os Itens 9 e 10 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 165/2022, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Tenda de Umbanda Filhos de Oxalá e Yemanjá. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 299/2022, de autoria do Deputado Gilson de Souza, que concede o Título de Utilidade Pública ao Projeto Barnabé, com sede no município de Fazenda Rio Grande. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Itens 9 e 10.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança também pede o voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Antes de anunciarmos, até porque ainda há alguns Deputados que não votaram, acho que, a título de informação em relação à estada e à vinda do Ex-Juiz Sérgio Moro, é importante que digamos que tanto esta Presidência quanto a 1.^a Secretaria e o 2.^o Secretário cumprimos funções protocolares recebendo aqui o Ex-Juiz. Quero crer, Deputado Plauto, que houve talvez uma falha na escrita, onde deixa claro, após a visita, que recebeu o título na Assembleia. Então, acho que essa correção era importante fazer. Votação... Deputado Plauto.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Onde está escrito, Sr. Presidente? Para corrigirmos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na rede social do próprio Moro, Deputado Plauto.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Está ótimo. Vou falar com a assessoria dele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Isso. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura, Ricardo Arruda e Soldado Fruet (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 11 – Discussão Única do Veto parcial n.º 7/2022, ao Projeto de Lei n.º 67/2022, que estabelece diretrizes e critérios para o licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos sólidos contemplando as atividades de transporte, coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, visando o controle de poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. Com relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Para encaminhar, Deputado Tião.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, apenas para encaminhar e dizer o seguinte, é uma redação bastante importante que foi tratada neste Projeto de Lei, que define diretrizes claras sobre o licenciamento específico de aterros, as atividades, onde havia dúvida, onde havia uma regulamentação infralegal por parte do IAT, agora não; agora a proposta é que isso seja definido em lei, a anuência e o conhecimento por parte do IAT, tal é que, dentro do processo legislativo, foi feito um ajuste no texto e chegou a um consenso para que em um processo de substitutivo geral a redação final fosse adequada àquilo que pretende, que entende o IAT, também o Ministério Público, todos

participaram, houve manifestações institucionais de todos os órgãos institucionais que precisavam opinar sobre o assunto. Por essa razão, gostaria de encaminhar pela derrubada do Veto. Por isso, o voto é “*não*”. “*Não*” ao Veto, para que seja mantido o texto da lei que foi acordada entre todos. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Alguém mais para encaminhar? Deputado Marcio?

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Para encaminhar. Acompanhamos o parecer do Deputado Tião Medeiros, porque precisamos tratar de maneira muito séria a disposição dos resíduos sólidos urbanos perigosos, como já é tratado no mundo, o Paraná vem e assume esta posição, que é uma posição para cuidar de todo o planeta.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, queria também, depois deste entendimento que tivemos do Governo, o Deputado Marcio Nunes fez as suas contribuições com o Deputado Tião Medeiros, como Líder do Governo, acompanho o voto “*não*” pela derrubada do Veto. Vejo que houve o entendimento do Governo com aqui o Projeto do Deputado Tião, então está liberada a Bancada, mas faço um apelo para votar “*não*”, derrubada do Veto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Voto “*não*”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, vamos aqui acatar o Veto do Governador Ratinho Junior. Pedimos a todos os Deputados que votem “*sim*” ao Veto do Governador Ratinho Junior, porque está correto o Governador, está correto o Instituto Água e Terra nesta questão. Então, pedimos à Base do Governador que mantenha o Veto do Governador Ratinho Junior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência também faz um apelo pelo voto “*não*”, já que o Deputado Marcio Nunes, que era e foi até há poucos dias Secretário do Desenvolvimento Sustentável,

concorda com a derrubada do Veto e do Projeto apresentado pelo Deputado Tião. Então, votando.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. Então, o senhor tem que encaminhar pelo voto “*sim*”, não é! “*Não*” é...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Derrubada do Veto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela derrubada do Veto, Deputado Romanelli.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Presidente, encaminhamos “*não*” ao Veto. “*Não*” ao Veto.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Bancada PSD e MDB, voto “*não*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Deputados da Base, votem “*não*”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Espera aí, o Governo quer derrubar o Veto do Governador? É isso?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, houve o entendimento do Governo, um equívoco que teve, o Governador sabe do que estamos falando, então estamos pedindo o voto “*não*”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vai votar “*sim*”. Única vez que o Governador acertou, votaremos “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Deputado Arilson.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Independente também vota “*sim*”. É a única vez que o Governador acertou mesmo, Deputado. Parabéns ao Governo.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Deputados da Base, votem “*não*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A Bancada Independente se pronunciou?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Vota contra o Governador.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Rapaz, o Governador não consegue controlar nem a Base?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como vota o Deputado Cobra Repórter?

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, não vou votar contra o Governo, não, Sr. Presidente.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): É, isso é feio, hein! Deputados da Base votarem contra o Governo é feio!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Faço um apelo ao Deputado Cobra para acompanhar o voto “*não*”. Deputados Evandro, Homero, Michele e Paulo Litro.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Rapaz, vai passar por mentiroso de novo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (13 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Galo, Gilson de Souza, Guto Silva, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Nelson Luersen, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (29 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cantora Mara

Lima, Elio Rusch, Evandro Araújo, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Paulo Litro (12 Deputados).] Com 13 votos favoráveis e 29 votos contrários, **está rejeitado o Veto Parcial.**

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, por um. É isso, não é? Vinte e oito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está derrubado o Veto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): *Segue o baile*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Segue o baile*. Alguns fugiram, mas sem problemas.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2433/2022, do Deputado Tadeu Veneri, adiado de sessão anterior, solicitando envio de informações ao Secretário de Educação do Estado do Paraná, Sr. Renato Feder, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Treze e 14 para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Homero havia encaminhado regime de urgência para 10 Projetos: **Requerimento n.º 2453/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior,

solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 7/2022; **Requerimento n.º 2454/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 137/2022; **Requerimento n.º 2455/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 218/2021; **Requerimento n.º 2456/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 237/2022; **Requerimento n.º 2457/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 362/2019; **Requerimento n.º 2458/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 245/2019; **Requerimento n.º 2459/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 647/2021; **Requerimento n.º 2460/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 663/2020; **Requerimento n.º 2461/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 666/2019; **Requerimento n.º 2462/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando regime de urgência para tramitação e votação do Projeto de Lei n.º 719/2021. Os Deputados Delegado Jacovós e Marcel Micheletto encaminham à Mesa a retirada das assinaturas da grande maioria, portanto os Requerimentos ficam **prejudicados**.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Só para desejar ao Governo que no futuro se empenhe pela pauta que é majoritária da população na mesma maneira que se empenha para derrubar vetos do próprio Governo. Acho que precisamos tratar de alguns assuntos que o Ministério Público e o Poder

Judiciário têm tratado. Este Poder Legislativo precisa fazer essa discussão. Mande para os senhores no *WhatsApp* a relação de projetos por autor que está sendo pautado na CCJ e por consequência neste Plenário e está havendo uma grande desproporção de forças, infelizmente. Sou uma pessoa da direita e acredito em livre mercado, acredito em valores cristãos, acredito em independência das pessoas e na igualdade de todos perante a lei. Queria que essas pautas nossas viessem também a serem votadas aqui. Não tenho nenhum problema em votar pautas de esquerda, mas gostaria que as pautas de direita pudessem ser analisadas, porque acho que é isso que prega a democracia. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, queria comentar sobre isso. Vamos fazer sempre o debate de forma aprofundada e não *goela abaixo*. Então, o Governo do Estado, pela minha Liderança, será construído isso aqui por meio de entendimento. Não à maneira que foi feita por aqui. Então, por isso, que caíram aí as assinaturas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

Requerimento n.º 2464/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação o Projeto de Lei n.º 318/2022 ao Projeto de Lei n.º 143/2021, por serem matérias correlatas.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Os outros dois requerimentos foram adiados, Deputados, é isso? **(Requerimento n.º 2465/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, sobre condições das unidades prisionais no Paraná; e **Requerimento n.º 2516/2022**, do Deputado Goura, solicitando informações ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, Sr. César Augusto Neves Luiz, conforme especifica.)

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Não, para discutir o 13, o 14 e o 15.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adiados na forma regimental.

Do Justus também? **(Requerimento n.º 2464/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação o Projeto de Lei n.º 318/2022 ao Projeto de Lei n.º 143/2021, por serem matérias correlatas.) Adiado na forma regimental.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2467/2022, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte e aos Prefeitos Municipais, requerendo providências para construção de locais de espera adequados e dignos para os pais e responsáveis de crianças e adolescentes com transtorno de espectro autista (TEA); **Requerimento n.º 2469/2022**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e envio de menção honrosa ao Hospital Cruz Vermelha de Curitiba, pelos 75 anos de fundação; **Requerimento n.º 2470/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o envio de voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lydio Seiler Bettega; **Requerimento n.º 2471/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando registro e envio de menção honrosa ao Sr. Antenor Aparecido Próspero; **Requerimento n.º 2473/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de voto de congratulações ao município de Barbosa Ferraz, pelos 61 anos de criação, comemorados em 25 de julho; **Requerimento n.º 2475/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro de voto de congratulações pelas comemorações alusivas ao Dia do Funcionário de Escola, celebrado em 7 de agosto; **Requerimento n.º 2476/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, requerendo providências para resolução das demandas dos usuários quanto às frequentes quedas e interrupções no fornecimento de energia elétrica no município de Honório Serpa; **Requerimentos n.ºs 2477 a 2510/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Décio José de Souza Junior; Munir Abib Miguel; Paulo Banach; Clair Teresinha Alves da Rocha; Lindaura Madalena Dalazoana; Sirlei Teixeira; Cândido Ferreira;

Claiton Mesquita Soares; José Vieira; Silvio Alves de Souza; Catarina Alves Batista; Dolores Vianna Zanon; Leoni Annunziato; Maria Aparecida Morrete da Silva; Nicolau Haracenko; Valdemar Diedrichs; Cecilia Oliviak; Helena Pzibloski; Maria de Lourdes Correa Fernandes; Silvio de Jesus Lara; Maria do Monte de Oliveira Silveira; Roseli da Luz Mariano; Analia de Assis Alves; Olga Hekavy Greskiv; Darcy Ribeiro Soares; Sebastião Azoir Ferreira; Darci de Andrade; Eugênio Woruby; Frederico Ranthum; Moacir Roberto Vasco; Madalena Sembai Serenato; Maria Ambetia da Silva; Teresinha Ledi Lopes; e Valderez Therezinha Horn Setar; **Requerimento n.º 2511/2022**, dos Deputados Tadeu Veneri, Arilson Chiorato e Delegado Jacovós, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a necessária celeridade na elaboração de perícias e laudos que instruem o caso que culminou na morte de Marcelo Arruda; **Requerimento n.º 2512/2022**, dos Deputados Tadeu Veneri, Arilson Chiorato e Delegado Jacovós, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo a criação de força tarefa para acompanhamento de crimes envolvendo violência política no Paraná; **Requerimento n.º 2515/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, requerendo a análise de viabilidade da realização de um 2.º Ecafi e consequente convocação de maior número de candidatos classificados no concurso para soldado PM e BM.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2466/2022**, da Deputada Mabel Canto e do Deputado Soldado Fruet, solicitando a inclusão do Deputado Soldado Fruet como coautor do Projeto de Lei n.º 351/2019, de autoria da Deputada Mabel Canto; **Requerimento n.º 2472/2022**, do Deputado Arilson Chiorato e da Deputada Mabel Canto, solicitando a inclusão da Deputada Mabel Canto como coautora ao Projeto de Lei n.º 342/2022, de autoria do Deputado Arilson Chiorato; **Requerimento n.º 2474/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, solicitando a retirada de assinatura dos requerimentos de regime de urgência sob n.ºs 2453 a 2462/2022, referentes

aos Projetos de Leis neles contidos, de autoria do Deputado Homero Marchese; **Requerimento n.º 2513/2022**, dos Deputados Marcel Micheletto, Luiz Fernando Guerra, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Soldado Adriano José e Boca Aberta Junior, requerendo a retirada de suas assinaturas dos requerimentos de regime de urgência sob n.ºs 2453 a 2462/2022, protocolados no dia 19 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2514/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo a convocação da reunião da Comissão de Cultura para votar o Projeto de Lei n.º 328/2020.

Justificativa de ausência.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando o Presidente): **Requerimento n.º 2463/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de julho de 2022; **Requerimento n.º 2468/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 18 a 20 de julho de 2022.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem*. Só faço uma solicitação ao Deputado Marcel. Deputado Marcel, foi-me solicitado que transformasse um pedido de informações que apresentei, para que fosse transformado em requerimento. Pergunto a Vossa Excelência se está pedindo para discutir e aí quero que seja enviado, então, como pedido de informações, Sr. Presidente. Não. Estou colocando aos senhores, se estamos adiando o pedido de informações que foi transformado em requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O de hoje ou da semana anterior?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Não, de hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): De hoje. O Deputado pediu para discutir, Deputado. Ele pediu para discutir. Senhores Deputados, assim, ainda enquanto fazem as tratativas, teremos amanhã duas Sessões, uma normal e a outra antecipada da quarta-feira. Nada mais havendo a ser

tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras para amanhã, dia 26 de julho de 2022, com as seguintes **Ordens do Dia: 73.ª Sessão Ordinária**: 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 351/2019; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 165/2022 e 299/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 423/2021, 499/2021, 89/2022, 254/2022, 273/2022, 283/2022, 296/2022, 301/2022, 302/2022, 303/2022, 315/2022, 316/2022 e 328/2022; e **74.ª Sessão Ordinária**: 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 423/2021, 499/2021, 89/2022, 254/2022, 273/2022, 283/2022, 296/2022, 301/2022, 302/2022, 303/2022, 315/2022, 316/2022 e 328/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 360/2021, 424/2021 e 746/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h32, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)